



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS – CCBSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DÉBORA ALENCAR RIBEIRO

**SOMOS TODAS JYOTI SINGH? FEMINISMO PÓS-COLONIAL NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DESCOLONIZAÇÃO DA MULHER
INDIANA.**

**JOÃO PESSOA
2016**

DÉBORA ALENCAR RIBEIRO

**SOMOS TODAS JYOTI SINGH? FEMINISMO PÓS-COLONIAL NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DESCOLONIZAÇÃO DA MULHER
INDIANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações
Internacionais.

Orientador: Profa. Dr. Ana Paula Maielo
Silva

**JOÃO PESSOA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R484s Ribeiro, Débora Alencar

Somos todas Jyoti Singh? Feminismo pós-colonial nas relações internacionais e a descolonização da mulher indiana. [manuscrito] / Debora Alencar Ribeiro. - 2016. 57 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. Feminismo Pós-colonial. 2. Jyoti Singh. 3. Relações Internacionais I. Título.

21. ed. CDD 301.412

DÉBORA ALENCAR RIBEIRO

A SOMOS TODAS JYOTI SINGH? FEMINISMO PÓS-COLONIAL NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DESCOLONIZAÇÃO DA MULHER
INDIANA.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Relações Internacionais do Curso de
Bacharelado em Relações Internacionais
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula
Maielo Silva

Aprovada em: 20/05/2016.

BANCA EXAMINADORA

Ana Paula Maielo Silva

Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dr. Julio César Tiedina
Coord. Adj. curso de Relações Internacionais

Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Vico Dênis Sousa de Melo

Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo
Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES)

A todos e todas que me incentivaram e me apoiaram em toda a luta que foi minha graduação, em especial, a minha Tia Ana Amélia Pereira de Alencar que morte prematura formou e forma todo meu ser enquanto Feminista em homenagem, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todas as boas energias que me guiaram nesses 4 anos de graduação, e que me ensinaram que em meu processo de liberdade a responsabilidade deve ser minha palavra de ordem.

À minha mãe, Tereza Alencar, que me inspira todos os dias de minha vida. Sua força e garra são combustíveis para minhas pequenas lutas diárias. A distância nos uniu e hoje tudo que eu mais quero é ser como você quando crescer. Obrigada por sempre pensar em mim e em meu irmão e por sempre me ensinar que o conhecimento adquirido é a única coisa que ninguém pode nos furtar.

À minha segunda mãe, minha Madrinha Verônica, por sempre estar disposta a ouvir meus desabafos e me aconselhar ainda que a distância seja tão grande e por entender, da mesma maneira, que as vezes um bolo de chocolate feito na hora é mais efetivo que horas de conversa.

Ao meu Pai, Martins, que ainda sendo um homem de poucas palavras formou minha personalidade muito mais do que imagina. Obrigada por me mostrar Janis Joplin, Beatles, Queen, Rolling Stones e outros tantos artistas que hoje me inspiram.

Ao meu padrinho, Tio Tavares, por acreditar em meu esforço durante a graduação e por ser a imagem da integridade da minha vida. Meu segundo pai, minha fonte de inspiração. Obrigada por, mesmo distante, estar tão presente em minha vida.

À meus irmãos, Mateus, que bom humor me ajuda a lembrar que a vida pode ser vivida as gargalhadas, ainda que me tire a paciência de tempos em tempos, e Levi, que infância e sorriso inocente me alegra sempre que volto para casa.

À meus avós, por carregarem em si os pesos de serem nordestinos, cearenses e pernambucanos fortes em sua própria essência. Em especial a minha avozinha Lurdes, que veio a falecer durante minha graduação.

A toda minha família e sua garra. Agradeço em especial a Tia Luiza, Tia Nailê e Tia Socorro por acreditarem em mim até me momentos que eu mesma não acreditava.

A orientação da professora Ana Paula Maielo, que apoio acadêmico e amizade foram essenciais para que pudesse escrever sobre temática tão pouco debatida na academia. Suas aulas me mostraram o quão o(s) mundo(s) de RI podem ser paradigmáticos e o quão necessária é a desconstrução destes paradigmas.

À todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica de alguma maneira, em especial aqueles que mostraram que poucas são as certezas nas Relações

Internacionais: Paulo Kuhlmann, Silvia Nogueira, Alexandre César Cunha, Murilo Mesquita e Vico Dênis.

Ao MUNDI que fez parte de minha vida, acadêmica e pessoal, desde o segundo período e me ensinou a importância da perseverança. A todas as amigadas formadas e fortalecidas por conta deste, em especial a comissão organizadora da quinta, sexta, sétima e oitava edição.

A Edith Larissa, irmã separada no nascimento e a primeira grande amiga que a universidade me deu. Obrigada pelos puxões de orelha e por me trazer sempre a realidade, e pela segunda mãe que me agradeceu. Agradeço a Milca Rêgo, mãe de Edith, que direta ou indiretamente me ajuda até hoje nessa luta que é morar distante da família.

A Raianna Soto, irmã que compartilho os melhores debates, desabafos e piadas em 3 anos e meio de amizade. Sua amizade, seus conselhos e nossas opressões compartilhadas foram fundamentais para meu crescimento enquanto pessoa e mulher. Obrigada pelas risadas, por ser minha parte racional e por me acolher em sua casa sempre que eu precisei.

A Aline Albuquerque, irmã de personalidade forte que me mostrou a importância do Feminismo em nossas vidas. Tua responsabilidade me inspira todos os dias, e te admiro muito por isso.

A Adriana Albuquerque por sempre acreditar em mim e se mostrar tão orgulhosa da profissão que quero exercer.

Aos meus amigos de infância de minha tão lembrada cidade natal, Crato. Pâmela, Melissa, Pedro, Marcial, Tiago, Felipe, Brenda e Adolfo.

A todos os funcionários da UEPB, que me ajudaram de forma direta ou indiretamente e a Dona Eva, por todas as conversas e lanches na frente da UEPB e por sempre tomar cuidado de mim.

Aos meus companheiros e amigos de casa, Wertton, Vani, Taliane, Wenita por compartilharem dos 6 meses mais importantes de minha vida acadêmica e por todos os debates acadêmicos que forneceram dois ou mais parágrafos a esse trabalho.

Aos meus amigos Mexicanos e Peruanos, em especial Pamela Jaffer e Ana Claudia Soto, que mesmo que distantes me ajudaram de forma ativa nos meus últimos anos de graduação.

A cidade de João Pessoa, desde o seu Centro Histórico até suas praias, que acolheu uma cearense que hoje tem orgulho de ser 1/3 paraibana.

"[...] as duas maneiras de perder-se são:
por segregação, sendo enquadrado na
particularidade, ou por diluição no
universal" Aimé Césaire

RESUMO

A presente monografia visa tratar sobre uma abordagem Pós-colonial de Feminismo, usando o caso de estupro coletivo de Jyoti Singh como ilustrador. Por meio do estudo das literaturas existentes sobre Pós-colonialismo e de premissas do Feminismo em Relações Internacionais busca-se questionar se a universalidade das opressões defendidas pelo pensamento majoritário do Feminismo ocidental cabe as mulheres não-ocidentais. Com a finalidade de entender as motivações dos cada vez mais recorrentes casos de estupro brutal no país asiático, procura-se mostrar exemplos que justifiquem a premissa de que um contato ocidental colonizador de pensamento pode inibir o fortalecimento de iniciativas indianas para a superação de problemáticas que dizem respeito ao gênero, da mesma forma que reiteram a necessidade de um resgate crítico das sociedade pré-coloniais da Índia para a descolonização do Feminismo.

Palavras-Chave: Feminismo Pós-colonial; Jyoti Sing; Relações Internacionais; Índia.

ABSTRACT

This thesis aims to explain about a Post-Colonial Feminism approach, using the Jyoti Singh's gang rape case as an illustrator. Through the study of the existing literature on Post-colonialism and some premises of International Relations' Feminism, this work seeks to questions the universality of feminine oppression defended by Western Feminism and if this define the non-Western women. In order to understand the motivations of the increase in brutal rape cases in India and its correlation with Western colonial discourses that can inhibit the strengthening of Indian initiatives to over comer problems related to gender, as reiterating the need for critical rescue of pre-colonial society of India for the decolonization of Feminism.

Keywords: Post-colonial Feminism; Jyoti Sing; International Relations; India.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL E DESCOLONIAL.....	4
2 FEMINISMO E FEMINISMOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	16
<i>2.1 Feminismo Pós-Colonial.....</i>	23
3 FILHAS DA ÍNDIA: ESTUPRO COLETIVO DE JYOTI SINGH.....	30
<i>3.1 Feminismo Pós-Colonial: Que olhar podemos ter sobre o caso?.....</i>	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Em 16 de dezembro de 2012, ao voltar com um amigo de um cinema na capital indiana de Nova Deli, Jyoti Singh de 23 anos foi estuprada e violentada com uma barra de ferro por seis homens dentro de um ônibus público. O caso que chocou a sociedade Indiana pelo teor de crueldade, gerou uma série de protestos na capital e influenciou consideravelmente no aumento de denúncias de casos de violência sexual contra mulheres no país. Neste mesmo ano a Índia recebeu a classificação de “um dos piores países para ser mulher” entre as economias mais ricas do mundo, por pesquisa realizada pela Fundação Thomson Reuters (BHALLA, 2012).

Usando do Feminismo Pós-colonial e seu posicionamento crítico em relação às produções acadêmicas feministas ocidentais, busca-se explicar o poder de influência que o conhecimento acadêmico ocidental detém em relação às mulheres não-ocidentais. Procura-se, também, entender as problemáticas geradas por um arcabouço teórico proeminente e seu poder colonizador. Mais especificadamente trata-se da desconstrução da ideia dominante de que existe uma problemática de gênero patriarcal universal, defendida nos estudos feministas ocidentais e, dessa forma, observar as fundamentações teóricas feministas em Relações Internacionais e suas implicações para a prática política dentro da Índia.

A pesquisa desenvolve-se em torno de dois grandes temas. O primeiro versa sobre as produções acadêmicas feministas em Relações Internacionais e a sua literatura à respeito das mulheres terceiro mundista, em especial as mulheres indianas. Busca-se explicar como as teorias feministas ocidentais podem tornar-se colonizadoras em relação à estas mulheres, por meio de uma problematização "imutável" e "generalista" das questões femininas orientais.

O segundo diz respeito às consequências da naturalização do discurso feminista ocidental de Relações Internacionais nos países em desenvolvimento sem os recortes históricos e culturais necessários. Usando o caso de estupro coletivo de Jyoti Singh como ilustrador, procura-se responder se essas consequências são reflexos da universalidade das opressões femininas defendida pelo Feminismo ocidental, sobre o qual as ações de gênero tendem a ser concebidas.

Sob a hipótese de que a influência de uma teoria feminista ocidental imutável para com as sociedades indianas podem agravar problemáticas de gênero ao invés de supri-las, a pesquisa reitera a necessidade de compreender as críticas apresentadas pelas feministas Pós-coloniais em relação as femininas ocidentais (MOHANT, 1984; BAHRI, 2013). Em especial, procura-se justificar os cada vez mais recorrentes casos de estupro coletivo na sociedade indiana por meio do entendimento da construção social inerente às abordagens teóricas e às práticas sociais.

A principal finalidade deste trabalho é explanar as abordagens do Feminismo Pós-colonial por meio do entendimento da sociedade indiana e seus recorrentes casos de estupro coletivo, como o caso supracitado. Em específico o trabalho visa analisar o arcabouço das abordagens feministas Pós-coloniais dentro do estudo de Relações Internacionais, assim como investigar a possibilidade de análise das problemáticas de gênero nas sociedades ocidentais, em especial a indiana, por meio desta vertente e seu posicionamento crítico em relação à universalização das opressões femininas.

A relevância do trabalho pode ser considerada de irrefutável indispensabilidade, diante do crescente debate das questões de gênero nos estudos de Relações Internacionais assim como o crescimento da preocupação internacional com a situação da população feminina da Índia. Vê-se, então, a necessidade de problematizar regras e concepções pré-determinadas para o alcance da emancipação feminina em países como a Índia nas produções feministas ocidentais, como é o caso da legalização do aborto ou do uso de tecnologias de ultrassom para determinação de gênero de nascituros e sua ligação com o chamado fosso de gênero (*Gender Gap*) indiano - gerador indireto de uma série de problemas ligados a agrupamentos de pessoas ociosas violentas -.

A pesquisa bibliográfica dá-se por meio da leitura e fichamento dos principais autores que versam sobre as abordagens Pós-coloniais, como Edward Said (2007) e Boaventura de Sousa Santos (2007), perpassando por considerações Pós-estruturalistas apresentados por Michel Foucault (2004). Adentrando aos estudos feministas autoras como Simone de Beauvoir (1970) e Virginia Woolf (1992) tem premissas analisadas, assim como as considerações do Feminismo de Relações Internacionais, aqui representados por J. Ann Tickner e Laura Sjoberg (2013), Fred Halliday (1999) tudo isso baseando-se nos metodologias feministas e estudos de gênero apresentadas por Narvaz e Koller (2006) e nos apontamentos de Galtung (1990) sobre a natureza da violência cultural. No que diz respeito ao Feminismo Pós-colonial, em si, a pesquisa baseia-se nas

produções sobre subalternidade de Spivak (2013), assim como os textos inaugurais da abordagem feitos por Chandra Talpade Mohant (1984) e Deepika Bahri (2013).

O primeiro capítulo do trabalho versa sobre as abordagens Pós-coloniais propriamente ditas, assim como as críticas destas produções acerca das produções europeias. Em específico, procura-se entender como essa abordagem critica as produções acadêmicas de Relações Internacionais e qual a função magna do pesquisador Pós-colonial. O segundo capítulo explana mais especificadamente sobre o Feminismo Pós-colonial e suas análises das produções feministas Ocidentais ao falar sobre mulheres do terceiro mundo. Mesmo que posicionadas como vertente que absorve as premissas das duas abordagens – Feminismo e Pós-colonialismo – a abordagem mantêm um posicionamento crítico com relação a premissas de ambas as abordagens. A aplicabilidade da vertente também é debatida, assim como estendida ao estudo de gênero em Relações Internacionais. O terceiro e último capítulo aborda o caso de estupro coletivo de Jyoti Singh e a sua repercussão midiática mundial. Por meio do Feminismo Pós-colonial, busca-se fortalecer olhares distintos a questões ligadas ao estupro na Índia que não invisibilizem o sujeito mulher estudado.

Usando da ética em pesquisa feminista apresentada por Jacqui True e Broke Ackerly (2008) procura-se pensar como a epistemologia usada pelo Feminismo clássico para estudar as questões relacionadas ao gênero nos países do terceiro mundo estão inseridas em relações de poder, assim como as usadas para o estudo do gênero em Relações Internacionais. A busca por uma produção acadêmica preocupada em não tomar a fala do pesquisado e sim permitir que este fale através das produções acadêmicas (TRUE e ACKELY, 2008) trabalha em consonância com a busca pela visibilização do indivíduo subalterno de Gayatri Spivak (2010). Além destes, entende-se que existem limites à produção acadêmica de Relações Internacionais e, da mesma forma, que estes limites podem marginalizar, excluir e invisibilizar as subjetividades dos pesquisados (TRUE e ACKELY, 2008). A ética da pesquisa também atenta-se para o posicionamento da pesquisadora e de sua relação com o pesquisado e da capacidade de diálogo entre as partes, uma vez que estes não compartilham das mesmas realidades. Este diálogo dá-se diante da constatação de que existem divergências e convergências nas realidades coloniais, e a observação da pesquisadora pode transcender o nosso entendimento do pesquisado como a ‘outra’ para a ‘vizinha de opressões’ (BAHRI, 2006).

Leríamos, então, as mulheres no mundo não como iguais, mas como vizinhas, como 'moradoras próximas' cuja adjacência pode tornar-se mais significativa. Através dessa lógica - uma lógica que poderia ser proveitosamente aplicada a orientação geral do Pós-colonialismo -, leríamos o mundo não como único (no sentido de já estar unido), mas como um conjunto. (BAHRI, 2006, p. 683)

1 O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL E DESCOLONIAL.

Os países europeus com maior acesso a produção de conhecimento foram responsáveis por elaborar e disseminar uma versão particular de sua história e da história mundial. O conhecimento europeu, nesse sentido, foi disseminado como conhecimento universal. Ou seja, a forma com a qual os ocidentais contaram a sua própria história e a história do mundo – de uma maneira geral- conseguiu ser não só um resumo dos principais conhecimentos do ocidente, mas principalmente um espaço de enaltecimento das peculiaridades desses países.

Entretanto, como argumenta Said (2007), representantes de governos ocidentais como Arthur James Balfour¹ e Lorde Cromer², ao estudar as comunidades fora do ocidente e ao elaborar suas versões sobre as mesmas, não levavam em consideração as suas peculiaridades. Desta forma o oriental era visto e representado como homogêneo, simples e prático. Foram estas características que acabaram por moldar as administrações das colônias ocidentais durante o século XVII e XIX. “Cromer não faz nenhum esforço para ocultar que para ele os orientais eram sempre e unicamente o material humano que ele governava nas colônias britânicas.” (SAID, 2007, p.71). O oriental era estudado como um fato curioso, um conglomerado humano que necessitava de uma administração forte e sua humanidade era tida como irrelevante.

As abordagens Pós-coloniais nascem justamente com o intuito de questionar essas produções de conhecimento ocidentais hegemônicas e, por conseguinte, de dar espaço para as produções acadêmicas feitas pelos indivíduos das sociedades que outrora foram colônias. O Pós-colonialismo argumenta que os resquícios da colonização ultrapassam a dominação econômica ou política das sociedades marginalizadas e penetram nas mesmas a partir dessas produções acadêmicas hegemônicas. Vem daí a concepção de que as produções acadêmicas ocidentais detêm um poder colonizador.

¹ Arthur James Balfour foi primeiro ministro britânico durante os anos de 1902 e 1905, e secretário das Relações Exteriores de 1916 a 1919. Constantemente lembrado pela frase que expressou, durante a Primeira Guerra Mundial, a aprovação oficial britânica do Sionismo.

² Evelyn Baring, mais conhecido por Lorde Cromer, foi administrador e diplomata britânico que trabalhou durante 24 anos como agente britânico e cônsul-geral no Egito.

Estas abordagens analisam a influência da colonização e a ação contínua que os processos coloniais têm nas sociedades colonizadas. A produção de conhecimento, de forma geral, é a forma mais eficaz para a efetivação do que entende-se por colonização do pensamento. Esta produção de conhecimento é, por muitas vezes, tida como verdade absoluta incontestável e da mesma forma, como argumenta Foucault (2004), é formada por meio de processos de construção de valoração do que é a ‘verdade’. A colonização do pensamento se dá a partir da reflexão de que aqueles que detêm conhecimento e legitimam a verdade detêm poder sobre quem não o têm (FOUCAULT, 2004). O ocidental, nesse sentido, consegue ser colonizador do pensamento. Portanto, como ressaltam Ashcroft et al,

Usamos o termo ‘pós-colonial’ para definir todas as culturas afetadas pelos processos imperiais, desde o momento da colonização até a atualidade. Isso porque existe uma continuidade de preocupações diante do processo histórico iniciado pela agressão imperial Europeia. (ASHCROFT et al, 2002, p.01).³

Apesar de não existir um consenso em relação a definição do termo Pós-colonialismo, ele abrange todo o legado da época colonial e dialoga sobre a necessidade de descolonização das produções acadêmicas, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2010). Muitas vezes, as implicações da atual colonização, ou seja, a colonização do pensamento, não é visível ao olhar materialista ou simplório. Isto porque esse pensamento é naturalizado, em outras palavras, ele nos é transmitido como se fosse um conhecimento objetivo, imparcial e universal e não como ele realmente é - uma produção de conhecimento principalmente europeia parcial e específica. Sueli Carneiro, ao falar sobre o peso do colonialismo na formação da sociedade brasileira e da situação da mulher negra na América Latina, exemplifica como a colonização do pensamento é naturalizada:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscência do período colonial permanece [...] vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão (CARNEIRO, 2011, p.1).

A preocupação com a superação da colonização do pensamento -ou da produção de conhecimento- está no bojo dos trabalhos de autores que se enquadram na perspectiva Pós-colonial. No entendimento destes autores, a superação dos malefícios causados pela colonização somente é possível se as populações colonizadas reconstruírem as suas

³ Tradução Nossa.

próprias histórias. Em outras palavras, isto é o que se entende por produção anticolonial, o cerne do processo de descolonização.

Para pensar sobre a temática, Said (2010) discorre sobre a relação entre a construção do poder ocidental e a formação do conhecimento destes sobre as sociedades orientais. No entendimento do autor, o poder molda e determina quem controla e quem é controlado. Esse controle perpassa as questões políticas e econômicas tendo em vista que o controle por meio dos discursos e produções de conhecimento também é uma realidade. A representação do Oriente, e do próprio oriental, é definida por estruturas criadas pelo Ocidente. Os olhares ocidentais, assim, caracterizam e definem o outro, negando os distintivos olhares particulares e regionais que determinam o ser Oriental. Em outras palavras, o ideário do Oriental como homogêneo, em contrapartida ao enaltecimento das peculiaridades do Ocidental, formou o conhecimento ocidental de mundo. Além disso, “[...] o relacionamento essencial, em bases políticas, culturais e até religiosas, era considerado como sendo um relacionamento entre um parceiro forte e um fraco” (SAID, 2007, p. 73).

Este conhecimento ocidental de mundo é denominada por Edward Said (2007) como ‘Orientalismo’, uma ciência criada pelo Ocidente para definir o Oriente. O Orientalismo, segundo o autor, é, basicamente, um conjunto de restrições e limitações de pensamento (SAID, 2007). A forma como o conhecimento ocidental foi fortificado é um exemplo da eficácia do pensamento colonizador. “O Orientalismo é [...] o conhecimento do oriente que coloca as coisas orientais na aula, no tribunal, na prisão ou no manual, para escrutínio, estudo, julgamento, disciplina ou governo.” (SAID, 2007, p.74). O Orientalismo e sua caracterização como verdade absoluta, nesse sentido, -dentro não só das produções acadêmicas mas também das práticas em geral- não permite que abordagens alternativas e nativas tenham voz e respaldo para falar sobre suas realidades.

A obra ‘Orientalismo’ de Said (2007), por meio de uma análise de escritos datados dos processos de colonizações europeias dos séculos XVII e XIX, demonstra o poder exercido pela produção e literatura criada pelos viajantes colonizadores desta época. Os escritos estudados possuem definições caricatas do Oriente. De acordo com o autor, afirmar que as produções destes viajantes colonizadores ainda possuem um caráter colonizador na atualidade torna-se uma tarefa árdua tendo em vista a sua naturalização. Naturalização esta que foi construída durante o que o autor definiu por ‘apogeu da convicção orientalista’ em que “qualquer generalidade ganha fatos de verdade, qualquer

lista especulativa de atributos orientais acaba por se aplicar ao comportamento dos orientais no mundo real” (SAID, 2007, p. 85).

A naturalização da representação do Oriente nos moldes do Ocidente, sempre aliado a detenção de poder, inicia-se dentro da Europa e por meio da Europa. É aliado a isso que nasce a definição de Oriente, criticada por Said (2007), que foi cunhada em meio ao imaginário europeu e ao seu respaldo científico. A produção europeia é referência dentro da produção de conhecimento científico e, por extensão, possui legitimidade e status de verdade. Isto é justamente o que explica como e porque os discursos e visões ocidentais sobre o oriente foram naturalizados: por meio de uma proteção a produção conferida pela suposta imparcialidade científica.

Ao descrever como deu-se o entendimento Europeu diante do encontro de sociedades durante as colonizações do século XVII e XIX, Santos (2010) mostra a relação existente entre o pensamento do colonizado e o que ele denomina de 'pensamento de abismo':

Fundamentalmente o que mais caracteriza o pensamento de abismo é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha prevalece na medida em que estreita o campo da realidade relevante. Além disso, só existe a não existência, a invisibilidade e a ausência não dialética. (SANTOS, 2007, p. 30)

Essas ações levam ao desaparecimento da produção que encontra-se 'do outro lado da linha'. O que é produzido no Oriente não é tido como correto, tornando-o invisível.

Para explicar como caracteriza-se o pensamento ocidental - ou simplesmente o pensamento hegemônico colonizador-, Boaventura de Sousa Santos (2010) usa de uma metáfora. Nas palavras do autor, “o pensamento ocidental moderno é um pensamento ‘de abismo’ [...] (estes) dividem a realidade social em dois universos, o universo ‘deste lado da linha’ e o universo do ‘outro lado da linha’” (SANTOS, 2010, p. 29). Entende-se então que a mais forte característica desse pensamento é a de não permitir nenhum tipo de abordagem além do ‘verdadeiro’ ou o pensamento ‘deste lado da linha’ levando a um ‘abismo’ onde qualquer perspectiva que não siga esta regra é ignorada. O pensamento de abismo é assim detentor de poder, o que naturaliza o seu controle dentro da academia e fora dela.

As sociedades colonizadoras ocidentais detém, diante disso, o poder de voz e de definir qual sociedade pode deliberar a respeito da outra. “Um orientalista não passa de

um especialista particular em um conhecimento pelo qual a Europa é em geral responsável” (SAID, 2010, p. 102). Dessa forma, a zona colonial acaba por transformar-se em um local 'mágico' onde as crenças e pensamentos locais são considerados 'incompreensíveis' e sem respaldo científico algum (SANTOS, 2010). Argumenta-se aqui que essa deslegitimação da narrativa do colonizado muito se aproxima do que Foucault (2004) denomina serem as características atribuídas ao 'louco'. Ao louco é conferida a loucura por conta de incompreensão do que este fala (FOUCAULT, 2004), e concomitantemente, nas sociedades colonizadas a incompreensão pela atribuição da falta de respaldo científico de seu discurso é atribuída ao ser colonizado, de uma forma que ambos tornam-se margem, e logo invisíveis.

A continuidade da ação colonial fortaleceu-se também diante de sua aliança com processos históricos poderosos nas metrópoles e colônias. Nas áreas metropolitanas o discurso libertário, igualitário e progressista foi um desses processos. Ao limitar esse discurso a determinado espaço físico, muitas vezes, às áreas coloniais eram restritos os contatos violentos, racistas e de destruição cultural. O discurso, nesse sentido, legitimava e relativizava as ações metropolitanas na colônia. A própria atemporalidade do discurso fortaleceu a continuidade da ação colonial violenta, ainda que de forma indireta. De acordo com Santos (2006), as colônias latino americanas, por exemplo, tiveram sua independência concedida aos descendentes de colonos europeus e não as sociedades originárias. O poder, nesse caso, passa de europeu para extra europeu. Este é um exemplo claro de como se dá o poder contínuo do colonialismo. A existência do discurso de independência, nesse exemplo, tornou-se importante não só para a efetivação da investida colonial contínua, mas para fortalecer a imagem do europeu como colonizador nato das sociedades Orientais. “Assim se naturalizou um sistema de poder que, sem contradição aparente, afirma a liberdade e a igualdade e pratica a opressão e a desigualdade. Um sistema até hoje em vigor, ou seja, até à entrada no período pós-colonial.” (SANTOS, 2006)

Todavia, o Pós-colonialismo não resume-se a uma abordagem de resgates históricos. Após criar um panorama histórico da colonização e entender suas ramificações e características, os autores refletem sobre a continuidade do colonialismo dentro das sociedades marginalizadas. Em entrevista cedida a Marsílea Gombata, jornalista do periódico Carta Capital, o autor Nigeriano Helon Habila atenta-se para esta continuidade:

[...] ainda estamos colonizados mentalmente. [...] Para controlar um povo, primeiro se controla a sua história. A maior parte da nossa história atual foi escrita pelas potências coloniais, e elas nos dizem que somos fracos, ignorantes e indefesos. Temos de reescrever a nossa história e mudar a forma como vemos a nós mesmos. (HABILA, 2015)

O autor demonstra, desse modo, como o colonialismo ainda possui força dentro das coletividades tendo em vista a sua naturalização e as diversas formas que o colonialismo apresenta-se nessas coletividades. A constatação de que o colonialismo não foi erradicado com a independência e permanece forte sob outras formas de dominação é o primeiro passo para a assimilação das questões que afetam as colônias (SANTOS, 2006; SANTOS, 2007).

O ideário de descolonização pós-abismal - ou pós-colonial- do conhecimento, defendida por Boaventura de Sousa Santos, é uma das alternativas pós-capitalistas progressistas para a resolução das problemáticas geradas pelo colonialismo (SANTOS, 2007). O colonialismo e suas extensões -racismo, destruição cultural, genocídio...- repousam-se no fortalecimento de ideias oriundas do ocidente.

Uma das características que moldam a dominação colonial atual e afetam as sociedades colonizadas diz respeito ao entendimento de existência/inexistência. Em entrevista a Luciano Gallas, o professor Oscar Guardiola Riveira responde sobre o impacto do colonialismo sobre a existência.

Numa palavra, inexistência. O colonialismo não é tão só um fenômeno do passado histórico ou a mera extensão dos “centros” sobre as “periferias” do globo. É, antes de qualquer coisa, uma forma de governo de um só através do governo de outros que desqualifica estes “outros” como alienígenas ou outros culturais, seres exóticos, inércias objetivas no espaço e no tempo que, por isso, são apropriáveis, antes que flutuam num limbo de vulnerabilidade e, portanto, requerem proteção, salvação ou, se já não se pode “salvar”, contenção e intervenção (também militar). Estando assim as coisas, o fim último do colonialismo é — como o disseram Nelson Maldonado-Torres e Eduardo Mendieta ao ler a teoria crítica da sociedade com as lentes de Enrique Dussel e Frantz Fanon — ontológico: condenar um conjunto de entes ao limbo, ao purgatório, à zona do não-ser ou à inexistência. (GALLAS, 2013, p. 34)

A proposta pós-colonial é de que essa inexistência, parte essencial do conjunto de extensões que caracterizam o pensamento colonizador, deve ser superada com a exaltação das peculiaridades dessas sociedades e principalmente que estas adquiram o poder de fala quando discorrem sobre os seus distintivos. A inexistência parte da premissa de que a história foi contada por um grupo limitado de pessoas, em sua maioria homens, brancos e orientais. Como exemplifica Said (2010), “a Ásia fala por meio e em virtude da imaginação europeia, descrita como vitoriosa em relação a Ásia, esse ‘outro’ mundo

hostil além dos mares”. (SAID, 2010, p. 91). A história entendida como universal e de respaldo científico poderia ser contada de maneira diversa, mas esta oportunidade fora negada a determinados grupos e sociedades (SAID, 2010).

As vidas e relatos de todas as sociedades importam -desde o homem ocidental branco até a mulher indiana colonizada- e as possibilidades dentro desses relatos possuem grandiosa extensão, mas o pensamento descolonial busca o enaltecimento dos relatos daqueles que foram historicamente construídos para não serem importantes, ou seja, do colonizado, de uma forma que se criem as oportunidades destes serem finalmente ouvidos. É necessário que as narrativas sejam descritas pelas sociedades da margem e não mais por meio da imaginação ocidental (SANTOS, 2007).

As respostas e debates descoloniais encontram diversas maneiras de confrontar-se com as produções acadêmicas colonizadoras, como por exemplo, o conceito de ‘literaturas pós-coloniais’. Apresentado como um opositor analítico das produções acadêmicas oriundas da colonização dentro das ex-colônias, as literaturas pós-coloniais procuram fomentar a produção literária pelas sociedades colonizadas entre os séculos XV e XX, assim como analisar os resquícios da colonização dentro das produções existentes e sua relação com a metrópole.

[...] Literatura pós-colonial, que pode ser entendida como toda a produção literária dos povos colonizados pelas potências europeias entre os séculos XV e XX. [...] Apesar de todas as suas diferenças, essas literaturas originaram-se da ‘experiência de colonização, afirmando a tensão com o poder imperial e enfatizando suas diferenças dos pressupostos do centro imperial. (ASHCROFT, 1991 apud BONNICI, 1998 p. 9)

Dentro da disciplina de Relações Internacionais e suas produções acadêmicas o conceito pode ser citado como importante meio para produzir-se material descolonial.

2.1 Abordagens pós-coloniais no estudo de Relações Internacionais.

Embora tenham se fortalecido dentro de outras disciplinas do escopo das ciências humanas, as abordagens Pós-coloniais até hoje buscam por uma maior representação dentro dos grandes debates teóricos, grades curriculares e campo das Relações Internacionais (DARBY et al, 2000). Uma das maiores dificuldades deste reconhecimento encontradas pelos estudiosos que instam por uma produção descolonial das Relações Internacionais diz respeito ao entendimento de que o Pós-colonialismo toca e critica fortemente preceitos centrais dentro da disciplina. Preceitos como: a origem da disciplina,

o sistema internacional Westfaliano, os atores de Relações Internacionais, a base da formação das teorias que definiram historicamente o campo como todo.

[...] a recusa por parte do *establishment* das TRI de postura eminentemente protecionista e conservadora, em reconhecer uma abordagem que, epistêmica e politicamente, subverte a maior parte - ou por que não dizer a totalidade - de seus pressupostos centrais. (ELIBIO e SOCCIO, 2003, p. 6)

Nesse sentido, podemos entender as produções acadêmicas de Relações Internacionais pelos moldes da terminologia de Boaventura de Sousa Santos (2007) de literaturas abismais – ou pensamentos de abismo. O poder naturalizado das teorias clássicas, então detentora de poder naturalizado na academia, criam um abismo teórico que dificulta e impossibilita o fortalecimento de outras abordagens que não seguem o padrão estabelecido por estas.

Diante disto, o enfoque da crítica Pós-colonial parte de análises centrais do que tange a própria formação da disciplina e seu principais teóricos, sendo crucial o entendimento de que as Relações Internacionais enquanto disciplina não são a definição fiel das relações internacionais. A formação da disciplina, por exemplo, recebe forte influência do conhecimento importado da Europa e dos Estados Unidos. O entendimento da disciplina como eurocêntrica foi tema levantado pela obra *Empire*, de Michael Hardt e Antonio Negri (2000). As reflexões de Hardt e Negri repousam em críticas a visão do modelo Westfaliano das Relações Internacionais, pois, segundo os autores, esta não permitia uma descrição precisa de como o sistema internacional funciona (HARDT e NEGRI, 2000).

A constituição da crítica também não limita-se ao entendimento da formação da disciplina como puramente europeia. Steven Smith (2000), por exemplo, perpassa esta visão ao adicionar o entendimento de que as Relações Internacionais atualmente são, na verdade, uma disciplina norte americana e que as produções europeias, inclusive, estão mais abertas a abordagens e epistemologias alternativas. Diferentemente das produções acadêmicas dos Estados Unidos, as produções e debates europeus incentivam a produção de conhecimento no sentido de diversificar a academia como um todo (SMITH,2000)

Uma das grandes problemáticas da disciplina repousa, também, na constituição de sua história. Para Steven Smith (2000) até mesmo o que entende-se pela origem da disciplina carrega uma série de problemáticas. O internacional já fora estudado muito antes da Primeira Guerra Mundial, e a definição de uma data para início dos estudos de Relações Internacionais facilitou o fortalecimento de determinadas correntes teóricas.

Fora conveniente pré-estabelecer que a disciplina surgiu no final de Primeira Guerra pois facilitou uma leitura política dos teóricos que escreveram sobre a preservação da paz. (SMITH, 2000). De modo semelhante, bem como afirma o autor, a constituição do Primeiro Grande Debate entre Idealistas e Realistas ao final da Segunda Guerra torna-se pertinente para o enaltecimento do Realismo como teoria predominante na disciplina. Diante disso, a produção de teoria também molda a prática e o que nós entendemos como prática, de forma que enaltece algumas abordagens em detrimento de outras. Como defende Gayatri Spivak, “[...] a produção de teoria é também uma prática; a oposição entre teoria abstrata ‘pura’ e prática concreta ‘aplicada’ é um tanto apressada e descuidada.” (SPIVAK, 2010, p.31).

Diante disso, o pensamento descolonizador visa problematizar a constituição da disciplina e também de suas regras e códigos já que estes não são, necessariamente, as regras e códigos das sociedades colonizadas. A produção descolonial de Relações Internacionais deve representar e existir diante dos distintivos de cada nação, país ou sociedade.

As produções descoloniais ganham força no momento em que os intelectuais do terceiro mundo produzirem conteúdo dentro das academias do primeiro mundo (CHILDS e WILLIAMS, 1997). As críticas além da margem (SANTOS, 2006), o entendimento de que a crítica é contínua e oriunda dos primeiros contatos com a sociedade ocidental com a oriental (SAID, 2007), e a desconstrução das temáticas debatidas e estruturas de debates (HARDT e NEGRI, 2000) - importantes características do estudo pós colonial- fazem parte do processo de incentivo a esse tipo de produção.

O imperativo de crítica à academia ressalta, também, a importância de que as produções acadêmicas em Relações Internacionais englobem as narrativas descritas pelas vozes que não são comumente ouvidas dentro do sistema internacional Westfaliano. A possibilidade de que histórias ‘não acadêmicas’ façam parte destas produções define a dificuldade e complexidade das produções alternativas. (CHILDS e WILLIAMS, 1997)

O entendimento de que o Ocidente permanece ainda como uma metrópole das colônias, em geral, tornou-se um consenso entre os principais autores pós-coloniais estudados, assim como o ideal de que a colonização permanece como característica forte das produções acadêmicas do *mainstream* (CARNEIRO, 2011; DARBY et al, 2003; SAID, 2007; SANTOS, 2006). As obras produzidas, diante disso, procuram desconstruir

o discurso colonizador para transformar as sociedades colonizadas. O texto descolonizador busca trocar de lugar com o discurso colonial hegemônico nas sociedades colonizadas. Essa mudança, todavia, não almeja uma formalidade pré-moldada da abordagem – como é o caso do discurso predominante-, mas sim a demonstração por meio do texto acadêmico das emoções e cicatrizes que a Colonização acarretou e acarreta.

A descolonização do pensamento em Relações Internacionais não limita-se a produções acadêmicas sobre os colonizados, mas também a produção acadêmica feita pelos colonizados. Produzir sobre o que é a colonização e definir a colonização sem compartilhar o espaço com o colonizado também carrega uma série de problemáticas. O entendimento de que a produção acadêmica não está desvinculada das vivências de quem escreve, ou nas palavras de Gayatri Spivak, a ideia de que os intelectuais não são transparentes (SPIVAK, 2010), é fundamental para frear os processos de colonização de pensamento.

Este tipo de trabalho não busca transformar o colonizado em objeto de estudo, mas sim abrir espaço para que este entenda-se como pesquisador e parte da pesquisa sem criar uma hierarquia de valoração, comum às literaturas colonizadoras (SAID, 2007). Visibilizar estas pessoas, no estudo do Pós-colonialismo em Relações Internacionais não quer dizer que esta questão será entendida como correta e definitiva, ou mesmo assumir um status de verdade absoluta. Não aproximar-se das definições clássicas também quer dizer não submeter os estudos a respostas prontas e incontestáveis.

A virada da descolonização do saber e do pensamento é fator importante dentro dos estudos de Relações Internacionais por subverter a produção de conhecimento, de forma que esse englobe as sociedades marginalizadas de maneira não colonizadora. “O pensamento pós-abismal pode assim ser resumido como uma aprendizagem do Sul através de uma epistemologia do Sul” (SANTOS, 2007, p. 49). De acordo com esta afirmativa, o pesquisador tem, pois, o papel de ser revolucionário, mas um ser revolucionário alheio também as definições propostas pela esquerda europeia, pois traz consigo pensamentos colonizadores. O Marxismo seria, portanto, um bom exemplo do pensamento de abismo (SANTOS, 2007, p. 48). Em entrevista cedida a Rodrigo Abdelmalack, o pesquisador argentino Walter Mignolo aborda a ideia.

Não se muda o mundo, mas sim as pessoas que fazem, controlam e desfazem o mundo. Uma “revolução” material sem a descolonização do conhecimento e da subjetividade só leva a mudanças de conteúdo, mas não dos termos na

organização do mundo. Para isso, falta uma perspectiva que não seja nem o capitalismo nem o marxismo, mas descolonial. Ou seja, que as instituições (governo, economia, educação, saúde, alimentação) sejam postas a serviço da vida e não a vida a serviço das instituições. [...] O projeto descolonial do qual faço parte inverte este processo: só a descolonização do ser e do saber levará a um câmbio do horizonte econômico e político. [...] Revoluções materiais guiadas pela esquerda não nos levam muito longe, pois mantêm os termos do discurso, mudando apenas os conteúdos, com resultados desastrosos até então. (MIGNOLO, 2010, p. 1)

O pesquisador pós-colonial, portanto, com base na crítica central da abordagem, pode revolucionar a produção de conhecimento por meio da busca por pertencimento nas produções acadêmicas descolonizadoras. Esta busca dá-se por meio do compartilhamento e diálogo entre as vivências coloniais. Isto é observado, por exemplo, nos relatos e escritos de Sueli Carneiro (2011) sobre o seu entendimento de mulher negra colonizada; nos escritos de Boaventura de Sousa Santos (2006;2007) como negro colonizado; nos de Gayatri Chakravorty Spivak (1988) como mulher indiana colonizada; e até mesmo nas narrativas de Edward Said como palestino (2007). Todo esse entendimento percorre os estudos de Relações Internacionais criando um espaço para que as nações colonizadas compartilhem e transcrevam suas experiências e seus entendimentos de mundo.

Não se trata de uma descrição de 'como as coisas realmente eram' ou de privilegiar a narrativa da história com imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas. (SPIVAK, 1988, p. 48)

Outra dificuldade comum encontrada pelos pesquisadores de Pós-colonialismo diz respeito ao desprendimento da produção acadêmica do Norte em relação a produção do Sul ao falar sobre Relações Internacionais. As próprias pesquisas pós-modernas, em geral, acabam baseando-se nas metodologias clássicas com frequência, ainda que para critica-las ou rejeita-las.

[...] embora teóricos do Norte possam dar-se ao luxo de desconhecer ou ignorar as teorias do Sul global, o mesmo não acontece com suas contra-partes do Sul, cuja teorização estaria sempre ligada, por concordância, rejeição ou oposição à teoria social do Norte. (JÚNIOR, 2013, p. 8)

A estrutura das produções acadêmicas, caracterizada por resgastes as (crase) teorias clássicas para justificar o uso de teorias como o Pós-colonialismo, naturaliza uma condicionante padrão dentro das produções acadêmicas. Dessa maneira, essa estrutura controla e define o que é acadêmico ou não.

Nos estudos de Relações Internacionais, as narrativas podem associar-se a preceitos da disciplina para analisar problemáticas relacionadas ao que entende-se por

sistema internacional. Conforme Darby et al (2003) questões como reparação, direitos e melhorias do Terceiro Mundo podem ser analisadas para identificar a eficácia da ação de visibilizar o colonizado nas produções acadêmicas. “Aqui seria um projeto no qual as relações internacionais e acadêmicos Pós-coloniais poderiam encontrar um terreno comum” (DARBY et al, 2003, p.4)⁵. A função do pesquisador de Relações Internacionais, diante desse contexto, é analítica das novas formas como as histórias estão sendo contadas e suas consequência para resoluções de conflitos.

A respeito da reconfiguração do corpo teórico e da prática política das Relações Internacionais, o Pós-colonialismo propõe também, segundo Antônio Elíbio, uma mudança sustentada em três grandes pontos: “[...] a revisão da história das Relações Internacionais, a subversão de conceitos centrais como poder e Estado- Nação e, por fim, o giro epistemológico na ‘geopolítica do conhecimento’” (JÚNIOR, 2013, p.6). Essas assertivas sustentadas nestes três grandes pontos mostram que existe uma ligação de continuidade das violências entre o passado colonizador e o presente tido como ‘descolonizado’, ainda que não exista a necessidade de entende-las como regra, como reitera o autor.

A acepção que constitui o Pós-colonialismo pressupõe a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental e também a identificação de um presente ainda permeado por uma série de discursos, práticas, representações e relações políticas que confluem na perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza em nível global. (JÚNIOR, 2013, p.6)

Em suma, a predominância colonizadora dentro da disciplina de Relações Internacionais cria pressupostos não compartilhados com o entendimento do cidadão das sociedades colonizadas -mesmo que estes sejam entendidos como suficientemente abrangentes para a arcabouço teórico clássico da disciplina-.

O surgimento de ‘novos’ atores de RI tornam o foco na narrativa ainda mais importante para a disciplina, uma vez que novas necessidades surgem. Esses atores que se fazem presentes, instam por voz em uma sociedade cada vez mais não-ocidental (JÚNIOR, 2013) onde, problemáticas fora do âmbito do sistema internacional Westfaliano clássico não podem ser explicadas somente por meio do *mainstream*. Diante disto, o Pós-colonialismo e as publicações descolonizadoras são instrumentos, tanto na teoria como nas ações políticas, capazes de promover a pluralização e empoderamento

⁵ Tradução nossa.

dos variados atores que ainda não são considerados importantes para as abordagens teóricas clássicas.

2 FEMINISMO E FEMINISMOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Os estudos Pós-coloniais não foram os únicos que criticaram as formas clássicas de se estudar Relações Internacionais. Dentro da disciplina, os estudos voltados ao entendimento do sujeito mulher foram constantemente invisibilizados em contrapartida ao crescente fortalecimento da temática de gênero em áreas afins. A invisibilidade das questões ligadas ao gênero se deu já que a inserção do sujeito mulher nos estudos de Relações Internacionais, em consonância com os estudos Pós-Coloniais, em bases gerais, critica a lente Westfaliana usada para estudo das problemáticas globais. Na perspectiva clássica o objeto de estudo internacional, as chamadas *high politics*⁶, encontram-se distante do doméstico, *low politics*⁷, inviabilizando o estudo do que não é considerado internacional aos debates de Relações Internacionais.

O foco no estado, dessa maneira, pode ser citado como uma justificativa da dificuldade de inserção do estudo feminista em Relações Internacionais. O modelo Westfaliano de entendimento de mundo dificulta a observação crítica do estudioso por limitar a análise a uma descrição única e não concisa do funcionamento do Sistema Internacional (HARDT e NEGRI, 2000). A crítica também recai sobre o local das produções acadêmicas, problemática que naturaliza a exclusão de questões que perpassam as relações entre instituições e estado-nação. Fred Halliday (1999) cita que a dificuldade decorre, entre outros motivos, da separação seletiva das Relações Internacionais dos desenvolvimentos de outras ciências sociais, pioneiras na inserção do estudo feminista em suas disciplinas. De acordo com o autor, os autores são importadores entusiasmados de produção de outros países, e não de outras ciências sociais vizinhas.

Historicamente essas problemáticas facilitaram o obscurecimento dos estudos que não seguiam o escopo pré-determinado da disciplina, sendo os estudos feministas um exemplo claro disto. O respaldo da pesquisa em gênero só ganha força a partir do surgimento e fortalecimento de perspectivas alternativas, como a teoria Construtivista

⁶São questões da agenda tradicional de Relações Internacionais que dizem respeito a questões de segurança e interesses estratégicos. Estadocentricas, é característica fundamental das teorias positivistas.

⁷Agendas de LowPolitics preocupam-se com as questões marginalizadas pela High Politics, tradicionalmente, questões que dizem respeito aos direitos humanos, meio-ambiente, desigualdades sociais. Essas políticas, por sua variedade, originaram uma série de regimes internacionais.

inaugurada com a publicação do artigo *'Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics'* de Alexander Wendt no final da década de 1980. As primeiras feministas que conseguiram reconhecimento dentro da disciplina criaram o terreno para que fosse possível uma reformulação das teorias e do entendimento das políticas globais (TICKNER e SJOBERG, 2013). Segundo J. Ann Tickner e Laura Sjoberg (2013), elas adicionaram ao debate internacional a importância do estudo das experiências femininas para o sistema internacional, assim como conseguiram visibilizar as problemáticas que dizem respeito às mulheres.

As feministas criticam, além do objeto de estudo clássico da disciplina, o terreno da prática internacional, majoritariamente masculino. A presença feminina, mesmo que importante para a constituição do próprio sistema internacional fora apagada diante da predominância masculina nos campos de Relações Internacionais. Sobre a temática, Fred Halliday argumenta que, “[...] o terreno da prática internacional é ele próprio um domínio especial masculino, distante, inclusive, das normas prevalecentes em outros corpos, distantes, inclusive das normas prevalecentes em outros corpos de formulação de políticas” (HALLIDAY, 1999, p. 162).

O terreno predominantemente masculino facilitou que definições como a racionalidade, associada historicamente ao masculino, fossem características que definiam os Estados e as bases de estudo da disciplina. Como bem enuncia Izadora Monte (2013), a crítica feminista busca entender a ligação entre o uso desses conceitos de racionalidade/irracionalidade e a relação entre política, masculinidade e feminilidade. (MONTE, 2013).

Com o fortalecimento de abordagens que buscam métodos mais interpretativos, ideacionais e sociológicos para entender as políticas globais - que questionam a quem interessa e por qual motivo o conhecimento é construído-, o Feminismo ganha força para subverter a forma de pesquisa hegemônica. Ao analisar as questões que concernem o ‘nível micro’ das Relações Internacionais, que dizem respeito aos temas domésticos e individuais, elas buscam entender como as individualidades marginais afetam e são afetadas pelas políticas internacionais. (TICKNER e SJOBERG, 2013),

As abordagens feministas procuram responder, então, como as questões de gênero desempenham, ou poderiam desempenhar um papel nas relações internacionais e nas Relações Internacionais, assim como analisar como se dão as assimetrias nas relações

entre os gêneros nos processos internacionais por meio das instituições e normas do sistema internacional (MONTE, 2013) e as problemáticas específicas de gênero (HALLIDAY, 1999).

As teorias clássicas de Relações Internacionais confiam na assertiva de que os Estados auto dependentes desempenham um papel de racionalidade em suas relações com outros estados. O sistema internacional é, aos moldes de Maquiavel, anárquico e racional, na medida em que enaltece as características masculinas ou a ‘VIRTU’, características do modelo ocidental de masculinidade baseado na agressão, competitividade e afirmação de autonomia (MONTE, 2010). As teorias positivistas constroem, então, a imagem dos estados mais fortes como masculinas e dos mais fracos como femininas, tendo em vista a caracterização histórica do ser feminino como ser irracional. O transbordamento das hierarquias que definem o gênero para questões além da individualidade, como a valoração do Estado racional (masculino) como forte e os demais como irracionais/selvagens (feminino), também é uma preocupação das feministas de Relações Internacionais. A respeito desta, Isabela Monte reflete que

Quando compreendemos que a diferenciação entre masculino e feminino não é apenas uma característica individual, mas um conjunto de normas e significados que perpassa os indivíduos, ao mesmo tempo em que oferece a esses elementos para a construção de suas identidades, podemos entender o gênero como categoria também presente em discursos e instituições, e em diferentes níveis da vida social inclusive no nível internacional (MONTE, 2013, p. 69).

De acordo com Ann Tickner e Laura Sjoberg (2013) as feministas também compartilham do entendimento pós-positivista de que existe um relacionamento entre a detenção de conhecimento e de poder. A reflexão de Foucault (2004), também compartilhada com as abordagens pós-coloniais, preconiza que aqueles que detêm o conhecimento e fazem o conhecimento legitimam e formam o que entendemos por verdade. O Feminismo, reflete, então, que o conhecimento, inclusive o conhecimento dentro de Relações Internacionais, foi feito, em sua maioria, por homens e diz respeito a homens (TICKNER e SJOBERG, 2013). O fato que as mulheres e as questões ligadas ao gênero não ganhem notoriedade nos grandes debates desta e de outras áreas pode ser citada como uma das problemáticas geradas por esta falta de representação nas produções acadêmicas. Em relação a isso Simone de Beauvoir (1970) discorre:

Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertencem aos homens (BEAUVOUR, 1970, p. 15).

Logo, a crítica feminista internacional estuda a construção das hierarquias de gênero no Sistema Internacional, como o enaltecimento de estados como racionalmente masculinos ou do apagamento das questões de *lowpolitics* que afetam diretamente as mulheres pela produção de conhecimento. Segundo Izadora Monte (2013), o entendimento de que as normas e instituições são responsáveis pelas identidades do mundo que vivemos é necessário para justificar que existem outros modos de ver o Sistema Internacional. Um deles é pelas lentes feministas.

Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. (MONTE, 2013, p. 70)

No que diz respeito à crítica ao foco dos estudos de Relações Internacionais Clássicos – como as relações entre estados e o foco no Estado Nação – as primeiras feministas procuraram repensar certas características do Estado que afetavam diretamente a sua relação com outros estados. O nacionalismo, enquanto forte característica que define as identidades destes, foi criticado por delimitar os papéis e lugares das mulheres dentro das nações. Como enuncia Halliday (1999), os movimentos nacionalistas “reforçam a conformidade com valores que são frequentemente definidos pelos homens e tornam possível deslegitimar políticas alternativas sob a justificativa de que são [políticas] estrangeiras.” (HALLIDAY, 1999, p. 176).

Segundo as feministas clássicas, então, os estados não representam as mulheres pois, dentro destes, elas são invisíveis no que diz respeito à negação de seus direitos básicos. A ausência histórica destes direitos, portanto, privilegia os homens. “O nacionalismo está longe de ser neutro de gênero” (HALLIDAY, 1999, p. 177). O movimento clássico reflete sobre o papel da mulher dentro do estado e sobre a necessidade da internacionalização do Feminismo, pois, o sujeito mulher e sua situação enquanto mulher foi construída para ser invisível em qualquer situação (HALLIDAY, 1999). Em sua obra ‘Um teto todo seu’ Virginia Wolf (1992) discorre sobre esta subjugação feminina, ao falar sobre alistamento em esforço de guerra.

Ela irá achar que não tem nenhuma boa razão para pedir a seu irmão para lutar em seu nome para proteger ‘nosso’ país. “Nosso país”, ela dirá, “ao longo da maior parte de sua história tem me tratado como uma escrava; tem me negado educação ou qualquer parcela de suas possessões. “Nosso” país ainda deixa de ser meu se eu casar com um estrangeiro. “Nosso” país me nega os meios de me proteger, força-me a pagar a outras largas somas anualmente para proteger-me e é tão pouco capaz de proteger-me, que precauções contra um ataque aéreo estão

escritas em minha parede. Portanto, se você insistir em lutar para me proteger, ou a “nosso” país, deve ser entendido, sobriamente e racionalmente entre nós, que você está lutando para satisfazer um instinto sexual que eu não posso compartilhar; para encontrar benefícios que eu não compartilhei e que provavelmente não irei compartilhar; mas não para satisfazer os meus instintos ou proteger a mim mesma e a meu país. Pois, um forasteiro irá dizer, “de fato, como uma mulher, eu não tenho país. Como uma mulher não quero país. Como uma mulher, meu país é o mundo todo” (WOOLF, 1992, p. 313)

O fortalecimento do Feminismo, além de fomentar o debate acerca da problemática das hierarquias de gênero, foi responsável pelo aparecimento de olhares feministas plurais. Diante das críticas feitas pelas próprias mulheres que não se sentiam representadas pelas feministas clássicas, surgem vertentes que - entendendo a importância da emancipação feminina- buscam diferentes formas para definir e superar as opressões ligadas ao gênero. “As correntes de pensamento feminista se diferenciam especificamente porque apontam uma diferente raiz para o problema da opressão feminina e uma diferente forma de combater essa questão.” (NOBREGA, 2015). Ou seja, o mais apropriado nesse sentido é entender o movimento com a terminologia no plural – Feminismos – e os diferentes anseios destas vertentes.

As vertentes feministas em Relações Internacionais, ainda que distintas, em geral, buscam entender as fontes da subordinação da mulher no que concerne ao Sistema Internacional. “Feministas de RI compartilham a busca por igualdade de gênero, ou como elas preferem chamar, emancipação do gênero. Mas o que as feministas querem dizer por emancipação de gênero varia, assim como a compreensão da maneira apropriada para alcançá-la”⁸(TICKNER e SJOBERG, 2013, p. 198). Logo, a emancipação de gênero é o ponto de encontro das vertentes e as distinções decorrem das maneiras de alcançar esta emancipação.

A primeira manifestação feminista como movimento, propriamente dito, surge no final do século XVIII, em meio aos resquícios da Revolução Francesa (NOBREGA, 2015). As mulheres francesas questionaram o que era definido por igualdade durante e após a tomada da Bastilha. “Estabelecida à nova ordem, ainda se continuou a relegar às mulheres a condição de cidadãs de segunda classe, sem qualquer poder de decisão sobre os destinos da nova sociedade que se formava.” (NOBREGA, 2015). A primeira onda feminista, como ficou conhecida, caracterizou-se como um movimento liberal de luta das mulheres por igualdade em setores como: direitos civis, políticos e educativos. Politicamente, o movimento sufragista foi um marco importante para essa fase do

⁸ Tradução Nossa.

Feminismo Europeu, e resumia os objetivos de luta do movimento nessa época (NARVAZ e KOLLER, 2006). Segundo Narvaz e Koller (2006), o movimento focava-se na luta contra a discriminação e garantia de direitos.

Duas publicações, “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir de 1949 e “A mística feminina” de Betty Friedan de 1963, foram responsáveis pelo resgate feminista necessário à chamada segunda onda feminista. Consideradas marcos na história do feminino, além de levar a questão feminista aos moldes acadêmicos, as publicações fortaleceram as lutas de mulheres fora da academia. O ressurgimento do debate feminista na década de 1960, em países como Estados Unidos e França adquiriram características diferentes em cada país – as estadunidenses buscavam a igualdade de direitos e as francesas focavam na necessidade das diferenças - porém ambas estavam engajadas com a emancipação feminina como um todo (NARVAZ e KOLLER, 2006). Conforme afirmam Narvaz e Koller (2006), as propostas feministas que enfatizam a igualdade são denominadas ‘Feminismo da igualdade’ e aquelas que ressaltam as diferenças e a alteridade são conhecidas como o ‘Feminismo da diferença’.

Uma terceira onda, muitas vezes não considerada por algumas vertentes feministas, cresceu diante da crítica pós-moderna com o fortalecimento do pensamento pós-moderno na Europa durante a década de 1980. As feministas dessa onda, influenciadas pelos pensamentos de Michel Foucault e Jacques Derrida, buscam enfatizar as “[...] diferenças, das subjetividades e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico ou intersubjetivo” (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 649). Estas procuram focar nos estudos de gênero, propriamente ditos, e não somente no estudo das mulheres e dos sexos.

Os estudo de gênero diferenciam-se dos estudos das mulheres pelo posicionamento crítico que os apetece. A problematização das categorias fixas de gênero criadas pelas primeiras gerações são reificadas por um Feminismo que foca no estudo da mulher. O entendimento do gênero enquanto construção social, assim como o seu desprendimento da histórica definição de gênero natural ou biologicamente fixo é característica fundamental desses estudos (NARVAZ e KOLLER, 2006).

As ondas feministas foram importantes impulsionadoras dos diferentes Feminismos da atual conjuntura social da abordagem. Na disciplina de Relações

Internacionais estas vertentes ganharam contornos necessários para o entendimento da mulher no contexto internacional.

Muito embora as feministas de Relações Internacionais sofram grande influência das feministas de outras áreas, algumas peculiaridades são encontradas nas vertentes oriundas da disciplina. O Feminismo Liberal, por exemplo, apesar de focar em questões como as superações das desigualdades legais do ser feminino, dentro de Relações Internacionais buscam por um entendimento abrangente do que é a subordinação feminina das políticas globais (TICKNER e SJOBERG, 2013). Além destas as feministas Construtivistas, feministas Críticas, feministas Pós-estruturalistas e feministas Pós-coloniais podem ser citadas como importantes vertentes no Feminismo das RI's. O quadro 1 enuncia as principais características de cada Feminismo com base nas enunciações de J. Ann Ticker e Laura Sjoberg (2013).

QUADRO 1 – Tipologias Feministas de Relações Internacionais.

TIPOLOGIAS FEMINISTAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS				
<i>Liberal</i>	<i>Crítico</i>	<i>Construtivista</i>	<i>Pós-estruturalistas</i>	<i>Pós-coloniais</i>
Prestam atenção na subordinação das mulheres na política global, mas mantem o compromisso de investigar as causas desta dentro de uma estrutura positivista.	Exploram as manifestações ideacionais e materiais das identidades de gênero e o poder de gênero na política global.	Buscam repensar as formas que vemos e compreender a política internacional, por meio de uma análise social das RI's.	Concentram-se no significado da codificação da linguagem, pois nossa compreensão da realidade é mediada através do uso da linguagem.	Preocupam-se particularmente com as relações coloniais de dominação e subordinação estabelecidas pelo imperialismo, que persistiram no pós-dependência. É atenta para a possibilidade de colonização das mulheres não-ocidentais.
Desafia o conteúdo das epistemologias de RI, porém não seus pressupostos.	Condições materiais, ideias e instituições interagem entre si, em três níveis diferentes: As relações de produção, na ligação entre Estado-Sociedade, e nas ordens mundiais historicamente definidas.	Enfatizam o ideacional, em detrimento dos elementos materiais da política global.	Procuram explorar a relação entre conhecimento e poder, nesse sentido, as mulheres têm sido marginalizadas tanto como conhecedoras quanto enquanto os sujeitos do conhecimento.	Críticas algumas feministas ocidentais por tratarem as mulheres como uma categoria homogênea, onde suas diferenças em função da sua cultura, classe social, raça e localização geográfica são ignoradas.
A emancipação pode ser alcançada por meio da remoção dos obstáculos legais que negaram os mesmos direitos e oportunidades masculinas.	Afirma que o entendimento de sobre o gênero depende em parte de condições materiais reais de mulheres e homens em circunstâncias particulares.	Centra-se na forma que as ideias de gênero moldam ou são moldadas pelas relações internacionais.	Preocupa-se com a forma como as dicotomias linguísticas – forte/fraco, racional/irracional - servem para capacitar o masculino em detrimento do feminino	Afirmam que o universalismo etnocêntrico das feministas ocidentais rouba das mulheres não-ocidentais suas atuações históricas e políticas.
	Estados não são neutros, mas uma expressão da classe, da raça e do poder baseada no gênero, que caracteriza-se por privilegiar uns em detrimento de outros.	Gênero como o instituição, onde permeia-se a política mundial criando um conjunto de regras das interações dos estados.	As Relações Internacionais não podem ser compreendidas a não ser que entendamos as implicações do fato de que sua construção foi feita majoritariamente por homens	Procuram corrigir estas subordinações dentro do próprio contexto cultural, ao invés de pensar em algum entendimento universal das necessidades das mulheres.

Fonte: TICKER e SJOBERG, 2013

Apesar das dificuldades iniciais, atualmente, as questões que dizem respeito às mulheres na arena internacional têm ganhado maior respaldo na disciplina, principalmente após a década de 90. O Feminismo tornou-se necessário à teorização de Relações Internacionais tendo em vista o aparecimento de novos atores⁹ internacionais no Sistema Internacional, assim como uma maior preocupação global com as problemáticas ligadas ao gênero em diversos processos transnacionais. Além disso, mais mulheres tornaram-se líderes cada vez mais presentes na agenda internacional através de uma consideração do componente de gênero nas questões de Política Externa (HALLIDAY, 1999).

O fortalecimento dessas questões aparece por meio de críticas, desde as áreas mais conservadoras e tradicionais de RI's até mesmo a conjuntos de mulheres que não se sentiam representadas pela caracterização universal do ser feminino, no que diz respeito à mulher do Terceiro Mundo – e suas ligações com o mundo Ocidental- as perspectivas Pós-Coloniais e em especial as feministas Pós-Coloniais também formularam críticas importantes para o entendimento das hierarquias de gênero distantes das academias europeias.

2.1 Feminismo Pós-Colonial

Em consonância com a origem da maioria das vertentes feministas, o Feminismo Pós-colonial nasce da inquietação de mulheres. As feministas Pós-positivistas levantam dúvidas em relação à importância da construção de um ‘elenco fixo e determinado de causas estruturais para a opressão das mulheres’ (MONTE, 2013, p. 75), em especial, preocupam-se com a universalização dessas ideias sem as adaptações culturais necessárias.

As feministas Pós-coloniais – que são em sua maioria terceiro mundistas – não se sentem representadas pela universalização das opressões e preocupam-se com o fator colonizador das produções acadêmicas de Feminismos Ocidentais.¹⁰ A crítica das

⁹As organizações internacionais, ONG'S e empresas multinacionais são exemplos de novos atores. O entendimento do ser individual como parte do sistema internacional também pode ser citado como exemplo das novas formas de se entender o sistema internacional e é nesse sentido novas pautas são estudadas pelas Relações Internacionais.

¹⁰Entende-se aqui que o grupo estudado e criticado não abrange as feministas ocidentais negras, tendo em vista que estas também não se sentem representadas pelo Feminismo Hegemônico e foram as primeiras críticas a universalização das opressões, baseando-se no que fora apresentado por Chandra Talpade Mohanty (1984) como feministas ocidentais.

feministas clássicas ao *mainstream* acadêmico, apesar de pautar-se na ideia de que as produções acadêmicas são majoritariamente feitas por homens e para homens (TICKNER, 2013), não questiona com a mesma precisão a produção acadêmica feminista em si. A crítica formulada pelo Feminismo Pós-colonial, logo, recai na problematização da presença majoritária de mulheres brancas e ocidentais nas produções acadêmicas destas e, particularmente, as feministas pós-coloniais procuram entender como a falta desta representação afeta a vida de mulheres negras, índias, colonizadas ou orientais.

Embora exista atualmente uma abertura maior ao reconhecimento das abordagens que se dizem críticas à produção acadêmica clássica como afirma Spivak (2013), o lugar do produtor acadêmico continua sendo o mesmo, atrelado a uma crença de que o lugar do investigador não deve ser questionado – até mesmo nas abordagens consideradas críticas, como o Feminismo. Resgatando as termologias do Pós-colonialismo, as feministas Pós-coloniais preocupam-se com o fator colonizador dessas produções ou, usando a termologia de Boaventura de Sousa Santos (2006), preocupam-se com o fato de que este possa ser um pensamento de Abismo, ou um Feminismo Abismal. É diante deste desconforto e preocupação que as feministas Pós-coloniais formulam suas críticas.

Ainda que o Feminismo Pós-colonial posicione-se como vertente que absorve as premissas de ambas as abordagens que compõem sua termologia, estas mulheres têm um posicionamento crítico com relação a algumas premissas feministas e pós-colonialistas. A relação é baseada em interações e investigações, tendo em vista que, além da não preocupação do Feminismo Ocidental com a realidade das mulheres que produzem conhecimento e seu poder colonizador, o Pós-colonialismo, por vezes, ignora as hierarquias de gênero que predominavam no período anterior à colonização, como bem discorre Deepika Bahri (2013).

Os estudos feministas e os estudos pós-coloniais às vezes se encontram em uma relação mutuamente investigativa e interativa entre si, especialmente quando se tornam muito específicos, por exemplo, quando as perspectivas feministas fecham os olhos a assuntos pertencentes ao colonialismo e a divisão internacional do trabalho e quando os estudos pós-coloniais ignoram a questão do gênero em sua análise. (BAHRI, 2013, p. 662)

O Feminismo Pós-colonial reveste-se de uma caracterização alheia a verdades absolutas para definir as questões que dizem respeito às mulheres enquanto seres colonizados, e percorre livremente entre o Feminismo e o Pós-colonialismo.

No que diz respeito às críticas ligadas a produção acadêmica feminista, esta vertente Pós-colonial de Feminismo preocupa-se com questões ligadas a intersecção das opressões: a intersecção entre o imperialismo, colonialismo, capitalismo, racismo e hierarquias de gênero. Logo, elas questionam as produções Ocidentais a respeito das hierarquias que afligem mulheres não-ocidentais, tendo em vista a impossibilidade da separação do sujeito mulher de seu contexto histórico, racial e econômico. O ideário Feminista de que as hierarquias de gênero afligem as mulheres de forma homogênea não é satisfatório para a percepção das mulheres colonizadas, preocupadas com as distintas opressões que as afligem. Isabela Monte (2013) discorre sobre a vertente:

Feminismos pós-coloniais são também conhecidos como antirracistas ou anti-imperialistas. [...] sua principal ênfase está na intersecção entre imperialismo, colonialismo, capitalismo e racismo e a opressão das mulheres. As mulheres do Terceiro Mundo experimentaram formas particularmente agudas de opressão por causa dessas inter-relações. As pós-coloniais desafiam a distinção entre o local e o global, afirmando que estruturas de dominação perpassam esses níveis e demonstrando como isso implica formas específicas e múltiplas de opressão para as mulheres do Terceiro Mundo (MONTE, 2013, p. 76)

Sobre a produção acadêmica feminista, Chandra Talpade Mohanty (1984) autora de uma das obras mais influentes da vertente Pós-colonialista do Feminismo ‘Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses’ reacende a discussão sobre as relações de poder intrínsecas aos produtores de conhecimento acadêmicos. “As práticas acadêmicas feministas (seja a leitura, a escrita, crítica ou textual) estão atreladas a relações de poder”¹¹ (MOHANTY, 1984, p. 334). Estas relações de poder apresentadas pela autora são importante característica de um pensamento feminista majoritário que ignora a possibilidade de que mulheres também podem ter privilégios diante de outras, privilégios estes que perpassam as questões de gênero. As opressões que não dizem respeito ao gênero, logo, são ignoradas, como bem enuncia Grosfoguel (2008).

Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico racial/sexual/ de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corporpolítico das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia. (Grosfoguel, 2008, p. 46)

As primeiras críticas em relação à representação de ‘outras’ mulheres nas produções acadêmicas feministas partiram, inicialmente, das mulheres negras. Estas, em especial as estadunidenses, diante de um longo histórico de escravidão e submissão a

¹¹ Tradução nossa.

hierarquias que perpassavam as questões ligadas ao gênero (HULL et al., 1982), questionavam por qual motivo mulheres enquanto negras não compartilhavam do histórico de submissão apresentado pelas feministas Clássicas. Bob Pease (2010), autor de ‘Undoing Privilege’ cita relato contado por Michael Kimmel, acadêmico pró-feminista norte americano, que ilustra o desconforto das mulheres negras em relação ao seu apagamento nas produções e ações feministas hegemônicas.

Ele ouviu uma conversa [em um seminário de pós-graduação em teoria feminista que ele participou há alguns anos atrás] entre uma mulher branca e uma negra sobre se suas comuns experiências como mulher eram mais ou menos significativa que suas diferenças culturais. A mulher branca tentava convencer a mulher negra de que suas experiências compartilhadas como mulheres criaram um vínculo entre eles que supera as diferenças raciais. Em resposta, a mulher negra perguntou ‘Quando você acorda de manhã e olha no espelho, o que você vê?’ ‘Eu vejo uma mulher.’ ‘Isso é precisamente a questão’, respondeu a mulher negra. ‘Eu vejo uma mulher negra. Pra mim, a raça é visível todos os dias, pois é por meio disto que não sou privilegiada nessa cultura. A raça é invisível para você, e é por isso que a nossa aliança vai sempre parecer um pouco falsa para mim’ (PEASE, 2010, p.10)¹²

Perpassando as críticas do Feminismo Negro norte-americano, as feministas Pós-coloniais adicionam os fatores de colonização e imperialismo as questões de raça apresentadas inicialmente. O Feminismo Clássico recebe, então, críticas ainda mais profundas no que diz respeito às mulheres consideradas de terceiro mundo. De acordo com Mohanty (1984), as mulheres não-ocidentais devem ser entendidas como parte dos processos históricos que as padecem, de forma a entender que a conexão entre estas mulheres e a sua representação nas produções acadêmicas tolera a não identificação do autor com o objeto de estudo (MOHANTY, 1989). As peculiaridades de cada mulher, logo, são importantes fatores para a crítica Pós-colonial.

Elas são indianas, turcas, marroquinas, colombianas, brasileiras que têm pensado ‘as relações e desigualdades globais [...] dando centralidade [...] ao jogo complexo das relações de classe, raça/etnicidade, gênero, nacionalidade e orientação sexual’ de forma contextualizada, e a partir de um saber situado. (PELÚCIO, 2012, p. 398)

Ainda que, historicamente, existam produções feministas sobre as mulheres terceiro-mundistas, o entendimento de que estas produções carregam problemáticas e fatores colonizadores inerentes as mulheres que os produzem é necessário, pois “a conexão entre a mulher enquanto sujeito histórico e a representação da mulher produzida por discursos hegemônicos não é uma relação de identidade direta, ou uma relação entre

¹² Tradução Nossa.

correspondentes ou de implicações simples” (MOHANTY, 1984, p. 334) uma vez que nestas produções pode-se observar claramente a construção do ser feminino colonizado como ‘outro’. Segundo Spivak (2010) este tipo de produção acaba por tornar-se uma violência epistêmica ao invisibilizar e coisificar a mulher colonizada.

A vertente Pós-colonial do Feminismo reitera, logo, a necessidade de uma produção feita pelas mulheres marginalizadas para desfazer, ou questionar, a ideia de que as produções acadêmicas são feitas por seres transparentes (SPIVAK, 2010) e também como forte percussora das críticas ao universalismo imposto pelas produções feministas Ocidentais. Sobre o assunto Larissa Pelúcio (2012) pondera:

Anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes. (PELÚCIO, 2012, p. 388-389)

O lugar de fala também se torna importante meio para questionar a necessidade criada pelo Feminismo ocidental de universalizar as opressões ligadas ao gênero. A universalização de problemas como estes apaga opressões específicas ligadas a outras formas de submissão nas sociedades colonizadas. O discurso, então, torna-se puramente colonizador ao mostrar que existem verdades absolutas a respeito do entendimento e resolução de problemáticas de gênero, em detrimento as variáveis vivências e ações feitas por mulheres não ocidentais para solucionar problemáticas (MOHANTY, 1984). O relato de mulheres terceiro mundistas dentro da academia reitera e visibiliza as divergentes formas que as hierarquias de gênero e poder atuam nas sociedades não ocidentais. Criase um espaço acadêmico distante de verdades incontestáveis e próximo de debates sobre o que diz respeito às divergências que apetezem os gêneros em diversas sociedades.

Para justificar a crítica ao pensamento hegemônico feminista ocidental, as feministas Pós-coloniais usam da ideia de intersecção das opressões. As mulheres colonizadas carregam consigo uma série de opressões que as definem enquanto ser social: uma mulher indiana, por exemplo, não é somente uma mulher, é uma mulher, de cor, colonizada e/ou pobre e o peso de cada uma destas características será carregada por toda a sua existência enquanto mulher. Não existe somente um tipo homogêneo de mulher que sofre por conta de seu gênero de forma direcionada, e sim uma série de opressões interligadas a indivíduos particulares, como bem enuncia Chandra Mohanty (1984).

Elas não são "mulheres" - um grupo coerente - apenas com base em um sistema econômico ou político específico. Tais comparações interculturais redutivas resultam na colonização dos conflitos e contradições que caracterizam as mulheres de diferentes classes sociais e culturas. [...] O que é problemático, então, sobre o uso de "mulheres" como um grupo, como uma categoria estável de análise, é que ele assume uma unidade a-histórica e universal entre as mulheres com base em uma noção generalizada de sua subordinação. (MOHANTY, 1984, p.344)

Questionar o papel colonizador das produções feministas ocidentais também recai sobre os conceitos cunhados por estas, que são usados de forma a não considerar as peculiaridades de cada cultura a que pretende chegar. De acordo com Mohantriy (1984), conceitos como a divisão sexual do trabalho, questões ligadas à reprodução feminina – como aborto, métodos contraceptivos -, a família, o casamento e outros conceitos podem e devem ser problematizados a medida que sua aplicação deve considerar as especificações de local cultural e contexto histórico da região (MOHANTY, 1984). A divisão sexual do trabalho, como exemplifica a autora, é mais do que apenas uma categoria de descrição das hierarquias de gênero. Uma análise destas pode indicar os diferentes valores que são atribuídos aos trabalhos de homens e aos trabalhos de mulher.

Podemos citar o nacionalismo, tema recorrente dos primeiros debates do Feminismo em Relações Internacionais, como um exemplo das variadas formas de se pensar problemáticas ligadas ao gênero ou a opressões ligadas a estes. Deepika Bahri (2013) discorre que variadas foram as críticas que discutiram o relacionamento entre o nacionalismo e o Feminismo. Estas críticas dizem respeito as premissas do Pós-colonialismo, que definem a sua identidade enquanto abordagem teórica do terceiro mundo e também ao Feminismo Clássico.

De acordo com Bahri (2013) o uso de argumentos nacionalistas e anti-imperialistas foram usados para silenciar os movimentos feministas Pós-coloniais. Este decorre dos próprios pesquisadores Pós-colonialistas que, por vezes, defendem fortemente a ideia de que o nacionalismo e a luta anti-imperialista são suficientes para solucionar as problemáticas das sociedades colonizadas, tendo em vista que as opressões que afligem as mulheres deram-se em decorrência do encontro com o colonizador.

Homens nacionalistas normalmente argumentam que o colonialismo ou o capitalismo foi a ruína das mulheres, sendo o patriarcado apenas um desagradável primo distante condenado a desaparecer quando o verdadeiro vilão se extinguir (McCLINTOCK, 1995, p.386 apud BAHRI, 2013, p. 662)

As feministas Pós-coloniais, no entanto, acreditam que apesar de existir a necessidade de resgates culturais para fortalecer e emancipar as mulheres enquanto seres colonizados, este resgate não deve fechar os olhos para as hierarquias de gênero que existiam, em maior ou menor grau, nas sociedades originárias (BHARI, 2013).

No que diz respeito as feministas clássicas a crítica construídas pelas feministas Pós-coloniais destacam outro aspecto problemático. A luta não nacionalista que apetece feministas como Virginia Woolf (1992), eternizada com a citação sobre a não necessidade de nação para mulheres tendo em vista a negação de sua situação enquanto cidadã, por vezes foi usada como justificativa para o fortalecimento do ideário universal das opressões ligadas ao gênero. O ser feminino, para feministas como Woolf, nasce sem nação e, por esse motivo, o instinto feminista não tem obrigações com um estado que a invisibilizou e invisibiliza.

Tendo em vista a necessidade de um entendimento tanto das intersecções de opressões que apetece as mulheres colonizadas (MOHANTY, 1984), assim como a necessidade de fortalecimento das sociedades colonizadas e de suas nações por meio da academia (SANTOS, 2007) as feministas Pós-colonialistas atentam-se para o fato de que para suas sociedades outra estratégia deve ser tomada. Diante de uma cultura que foi invisibilizada e escanteada, assim como relegada a selvageria, a mulher colonizada não precisamente acredita que negando sua nação ela conseguirá emancipar-se. Um sujeito feminino que teve sua economia, política e cultura entendida como o ‘outro’ dos discursos hegemônicos, sente a necessidade de mostrar-se forte por meio de sua nação. Entendendo-se como mulher colonizada e, logo, mulher plural. O ‘instinto’ feminino da argumentação de Woolf (1992) não é universal, tendo em vista que o instinto da mulher colonizada diante da pluralidade de opressões é a de reafirmação de suas peculiaridades.

As definições de Galtung (1990), nesse sentido, podem ilustrar a reivindicação das feministas Pós-coloniais, tendo em vista que o autor defende que entendimento de que aspectos culturais violentos – no caso feminino, violências que apetece o gênero – e não culturas inteiras como violentas, é mais efetivo na solução destas problemáticas – no caso das mulheres, a subjugação do ser feminino. As ações feministas de países colonizados permanecem, então, como uma crítica continua as várias formas de apagamento que apetece estas mulheres. Entende-las como parte de tudo que concerne

sua nação, assim como entende-las como sujeitos femininos desta, faz parte da agenda desta vertente.

O relacionamento do Feminismo Clássico com o nacionalismo tornou-se forte caracterização e justificativa para o fortalecimento das abordagens dentro da disciplina de RI. “No Feminismo pós-colonialista, no entanto, a ênfase tende a ser colocada sobre o conluio do patriarcado e do colonialismo.” (BAHRI, 2013, p. 663). As Relações Internacionais, nesse sentido, podem, por meio do Feminismo Pós-colonial, usufruir de um Feminismo ativamente preocupado com as problemáticas ligadas ao gênero dentro do âmbito internacional, pois estas se posicionam preocupadas com a continuidade das relações entre os países colonizados e seus colonizadores, adicionando as problemáticas que apetece as mulheres enquanto seres plurais e internacionais.

3 FILHAS DA ÍNDIA: ESTUPRO COLETIVO DE JYOTI SINGH.

Em 16 de Dezembro de 2012 Jyoti Singh, estudante de fisioterapia da capital indiana de Nova Delhi, foi violentada, estuprada e torturada por seis homens em um ônibus enquanto retornava para sua casa junto de um amigo, que também fora espancado. Algumas horas depois, segundo Krishna Pokharel e Paul Beckett (2013) o casal foi despejado do ônibus, despidos e inconscientes ao longo de uma rodovia. Ambos foram fortemente atacados com uma barra de ferro. Jyoti Sing fora tão brutalmente estuprada que morreu duas semanas depois, em 29 de Dezembro, por complicações em decorrência do crime. O caso, que chocou a sociedade indiana, foi responsável por uma série de protestos na capital e em outras partes da Índia por justiça e melhorias no tratamento das mulheres do país.

Sua morte gerou um momento de introspecção nacional no que diz respeito a ameaças que as mulheres enfrentam na Índia, seja nas ruas da capital ou em uma vila distante, apesar dos avanços da sociedade indiana em relação a liberalização da sociedade e revigoração econômico (POKHAREL e BECKETT, 2013)

Dos seis acusados, cinco foram condenados por estupro, assassinato, sequestro e outras ofensas. O sexto fora condenado a dois anos de internação juvenil, por ser menor de idade. Como afirma Krishna Pokharel e Paul Beckett (2013) o crime, que aconteceu dentro de um ônibus em movimento, chamou a atenção da população indiana e Internacional por sua brutalidade e, além disso, fortaleceu a imagem da falha da Índia em proteger suas mulheres. Em sua obra “*Crimes against women: Three tragedies and the*

call for reform in India”, os jornalistas Krishna Pokharel e Paul Beckett (2013) analisam uma série de acontecimentos que dizem respeito a situação da mulher na Índia moderna, assim como discorrem sobre o caso de Jyoti Sing.

Ao tratar do caso, entre outras questões, os jornalistas atentam-se para o fato de que o relacionamento entre os dois amigos tratava-se de uma relação entre classes sociais diferentes, ou que estavam em lados distintos no que é relativo a casta que cada um pertencia (POKHAREL e BECKETT, 2013). Esse levantamento permite uma análise mais profunda sobre a situação.

Ainda que a discriminação por castas seja proibida pela Constituição indiana de 1949, hoje muitas das problemáticas do país são estudadas a partir destes parâmetros haja vista a forma peculiar que esse sistema foi construído e a sua continuidade no plano prático (BALDI, 2006). O sistema hindu de castas divide a sociedade indiana por meio de quatro categorias, chamadas de varnas, que, de acordo com a tradição hindu, estão ligadas a diferentes partes do corpo de Brahma, uma divindade criadora. Segundo Verônica Daflon (2008) os *Brâmanes*, que são os sacerdotes, filósofos e estudiosos, teriam vindo da cabeça da divindade; os *Kshatriyas*, que são governantes e guerreiros, teriam vindo dos braços; os *Vaishyas*, que são comerciantes, das coxas; e os *Shudras*, que são trabalhadores e camponeses, dos pés. De acordo com a autora, além destes estão os Intocáveis ou *Dalitis*, que são delegadas as ocupações tidas como degradantes e impuras da sociedade indiana e tradicionalmente não podem compartilhar dos mesmos templos ou espaços que outras castas¹³.

De acordo com Pokharel e Beckett (2013), Jyoti Sing era de uma casta inferior à do seu acompanhante e um casamento entre os dois tornava-se impossível diante das barreiras econômicas impostas a suas castas. Seu amigo pertencia a casta dos *Brâmanes*, e a estudante a casta dos *Shudras*,

De várias maneiras, o jovem moço e sua amiga eram um casal moderno, ainda que rodeados por castas e tradição. Morando longe de casa, os dois estavam fazendo sua parte no alargamento da classe profissional da Índia – Ela era uma fisioterapeuta procurando por seu primeiro emprego; ele liderando um time especializado em tecnologia de voz para Internet para corporações. [...] Diferenças como essas trabalham contra uma união. E o jovem rapaz encontra-

¹³ Ghanshyam Shah (2002 apud DALFON, 2008) define que o sistema de castas baseia-se em dois componentes: O karma e o dharma. O primeiro relaciona-se à crença de que a posição social e de casta de cada indivíduo é determinada pela caracterização de suas ações nas chamadas ‘vidas passadas’, e o segundo concerne às recompensas que o indivíduo terá em uma ‘próxima vida’ de acordo com suas ações da vida corrente

se relutante em ir de encontro com os desejos de sua família de que ele ache uma companheira tradicional, de dentro de sua comunidade brãmãne. (POKHAREL e BECKETT, 2013)¹⁴

Em sua constituição atual, o sistema permanece, entretanto, atrelado a uma hierarquização comumente usada durante a época da colonização. Durante os séculos de dominação britânica na Índia, entre os anos de 1858 e 1947, a constituição do indiano segue a máxima defendida por Said (2007) de que os orientais são definidos pelos ocidentais como homogêneos, simples e práticos. Fora mediante esta classificação do indiano que o sistema de castas foi estudado e entendido pelas produções colonizadoras da época e da atualidade.

Ainda que o sistema de castas seja oriundo do Hinduísmo, e logo uma tradição religiosa indiana anterior a colonização, as diferenciações hierárquicas que dizem respeito a este foram agravadas pela construção da imagem homogênea do sujeito colonizado e indiano. A maneira simplista de explicar a Índia feita pelo ocidente não permite um entendimento das peculiaridades que caracterizam este sistema de castas¹⁵, uma vez que, ainda que o sistema possa ser responsabilizado pelas problemáticas indianas, existem alternativas anti-imperialistas, anticoloniais e não etnocêntricas para solucioná-las (SPIVAK, 2010). Das alternativas ocidentais para a solução de problemáticas globais, propostas Marxistas e Pós-estruturalistas podem ser criticadas pelo pensamento Pós-colonial – aqui caracterizadas como ocidentais ou orientalistas.

No que tange a divisão de classes e as soluções para os problemas oriundos destas, a teoria Marxista desde os primeiros debates ocasionados pela publicação do Manifesto Comunista de Marx e Engels, enaltece a necessidade do fim definitivo dos antagonismos de classes na instalação definitiva do socialismo. Para Marx (apud BARROS, 2011), a constituição atual da sociedade como pré-histórica só pode ser superada com a constituição da história propriamente dita. De acordo com o autor, esta história só começará com a instalação definitiva do socialismo que, entre outras questões, ocasionará o fim das classes sociais por meio de uma derrubada violenta da ordem social,

Os comunistas se recusam a dissimular as suas opiniões e intenções. Eles declaram abertamente que os seus objetivos só podem ser atingidos com a derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam perante uma revolução comunista. Nela os proletários nada têm a

¹⁴ Tradução nossa.

¹⁵ As castas são entendidas aqui como, além de uma extensão da religião na sociedade indiana, uma forma peculiar de divisão internacional do trabalho exclusiva da Índia.

perder a não ser os seus grilhões. Eles têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos! (MARX e ENGELS, 2014, p.68)

Uma ação majoritariamente europeia que visa a suspensão dos antagonismos de classe também em países não-ocidentais é problematizada no que diz respeito a sua aplicabilidade nestes países sem os recortes culturais necessários, uma vez que esta pode vir a ser uma ação colonizadora. Esta problematização reafirma a caracterização dada por Boaventura de Sousa Santos (2007) de que o pensamento Marxista também é um pensamento abismal, ou colonizador, especialmente pelo pensamento ignorar as divergentes divisões de trabalho existentes em cada país – como é o caso das castas na Índia.

As críticas colocadas por Spivak (2010) a respeito das referências de Gilles Deleuze a luta dos trabalhadores, provém da mesma fonte. O entendimento do autor pós-estruturalista de que as classes subjugadas, ou classes trabalhadoras, estão engajadas com o instinto de destruir as fontes do poder quando são confrontados com as situações de opressão, é criticado pela autora por não considerar as diversas formas que o capitalismo global e sua associação direta com o colonialismo assume nas sociedades orientais. “O vínculo com a luta dos trabalhadores está localizado no desejo de acabar com o poder em qualquer local de sua aplicação. Esse local se baseia aparentemente em uma simples valorização de *qualquer* desejo destruidor de qualquer poder” (SPIVAK, 2010, p. 24). Quando este desejo de destruição chega ao continente asiático, ou mais especificadamente a Índia, ele tende a invisibilizar a região ou a destruir as peculiaridades destas sociedades, no caso da Índia, uma literatura engajada com o desaparecimento das castas.

Ainda que estas definições caibam em uma realidade europeia branca utópica, ao adentrar as sociedades não ocidentais elas tornam-se colonizadoras pela ingenuidade a respeito das peculiaridades destes países. Usando o entendimento de Galtung (1990), esta é uma amostra da importância do foco em aspectos culturais violentos e não em culturas em sua totalidade para o estudo de sociedades como a Índia.

De acordo do Galtung (2003) um sistema hierárquico de castas fora fonte de crítica de Mahatma Gandhi. Em livro que trata sobre vários aspectos da vida do líder indiano Gandhi, Galtung (2003) demonstra que para o fundador do estado moderno indiano existiam alternativas diferentes para a solução das problemáticas ligadas ao sistema. Gandhi, como indiano e ativista da independência indiana do domínio britânico, não vê

na extinção do sistema de castas uma solução para os abusos cometidos pelas classes mais altas, do contrário, ele busca focar em um sistema de castas não hierárquico onde as diferenças são enaltecidas em um sistema horizontal, e não vertical, de entendimento

Para Gandhi, um estrutura horizontal é condição necessária para a auto realização, pois libera tanto o explorador quanto o explorado dos grilhões de estruturas exploradoras. [...] Gandhi queria purificar o sistema de castas, tirando-lhe o componente vertical. Desejava manter a divisão do trabalho implícita na casta (*varna*) [...] mas nenhuma casta deveria ser classificada acima da outra. O sistema de castas deveria ser horizontal. Gandhi argumentava que esse era o sistema original, e o que veio depois era uma aberração. (GALTUNG, 2003, p.71)

Além de hierárquico, o sistema de castas hindu apetece os gêneros de maneira desigual. Dessa maneira, ainda que a argumentação oferecida pelos estudos de Gandhi seja pertinente, o Feminismo Pós-colonial também enaltece a importância do estudo específico da mulher indiana nesse contexto, tendo em vista que as mulheres sofrem pela sua condição feminina e também por sua condição social (ou de casta). Como defendido por Depika Bahri (2006), é por esse motivo, que o estudo das situações colonizadoras não deve ser desmembrado do estudo das hierarquias que se referem as mulheres. O caso de Jyoti Singh torna-se, logo, um exemplo da força das opressões que recaem sobre as mulheres terceiro mundistas.

A hierarquia de gênero na Índia e em outros países colonizados tornou-se constante temática das produções acadêmicas feministas ocidentais (MOHANTY, 1984). As publicações sobre as mulheres do terceiro mundo, por assim dizer, além de fortalecerem o argumento ocidental de uma categorização da mulher terceiro mundista como vítima de uma cultura naturalmente perigosa as mulheres, ainda reafirmam o discurso de abismo (SANTOS, 2006) e imperialista que apetece as publicações ocidentais. No que diz respeito às mulheres indianas, atrelado ao imaginário criado em relação ao sistema de castas, e a repercussão do caso de Jyoti Sing, este tipo de posicionamento torna-se recorrente.

A produção acadêmica, enquanto caracteristicamente normativa (ONUF, 2002) cria um conhecimento universal que torna-se regra em variados setores mundiais (SAID, 2007). Este fator normativo, ainda é legitimado por relações de poder que fortalecem determinadas produções em decorrência de outras. As produções feministas ocidentais ao questionarem as produções majoritariamente feitas por homens no que concerne o entendimento do cenário internacional, são atualmente questionadas pelas produções marginais produzidas pelo Feminismo Pós-colonial a respeito da representação da mulher

colonizada, nesse caso a indiana, que foi construída como homogênea e desprendida de seu contexto histórico, cultural e nacional - em ode a necessidade de ciclos críticos defendidos pelas abordagens pós-positivistas-(MOHANTY,1984).

A importância do estudo das hierarquias de gênero na Índia, nesse sentido, dá-se, não para assimilação de que as opressões que dizem respeito ao gênero repetem-se de forma homogênea em qualquer sociedade, mas sim pelo entendimento de que o sujeito mulher indiano não encontra-se desprendido do que o rodeia. Como afirma Depika Bahri (2006), uma análise das hierarquias de gênero por meio da perspectiva feminista Pós-colonial roga por uma interpretação dos fatos levando em conta o sujeito de análise e o meio que ele é representado. Entender que a universalidade proposta pelo Feminismo ocidental – onde as problemáticas ligadas as mulheres são lidas como iguais e somente dizem respeito a hierarquias de gênero – e que a origem das produções acadêmicas dessa vertente estão localizadas majoritariamente no Ocidente, é essencial para a assimilação da necessidade de um Feminismo que abarque as peculiaridades das mulheres não-ocidentais. Sobre o tema Chandra discorre:

Eu considero que as hipóteses de privilégio e universalidade etnocêntrica, por um lado, e a autoconsciência inadequada sobre o efeito da produção acadêmica ocidental no ‘Terceiro Mundo’ no contexto de um sistema de mundo dominado pelo Ocidente, por outro, caracterizam uma extensão considerável de trabalho feminista ocidental sobre as mulheres do terceiro mundo. (MOHANTY, 1984, p. 335)¹⁶

Enquanto mulher, indiana, colonizada e oriental, Jyoti Sing foi vítima e protagonista de uma estrutura construída para invisibilizá-la. O caso de estupro coletivo, nesse sentido, não pode ser compreendido somente diante da caracterização de uma sociedade patriarcal, mas também diante da intersecção do patriarcado com o imperialismo, racismo e o colonialismo (MONTE,2013). A interseccionalidade proposta pelo Feminismo Pós-colonial procura entender a mulher colonizada de maneira plural, para assim formular entendimentos também plurais sobre as problemáticas que a apetezem. Logo, a análise feita pelo pesquisador também se dá de forma plural, uma vez que ao ignorar as opressões que formam a construção da mulher indiana, parte importante do que constitui a sua identidade enquanto mulher é apagada e, por extensão invisibilizada.

3.1 Feminismo Pós-Colonial: Que olhar podemos ter sobre o caso?

¹⁶ Tradução nossa.

Uma perspectiva feminista Pós-colonial de Relações Internacionais foca em diversas maneiras de entender questões que referem-se ao sujeito mulher no sistema internacional, diante de suas peculiaridades culturais. A luta antinacionalista, tema bastante debatido pelo Feminismo Clássico, e fonte de crítica do Feminismo Pós-colonial, pode ser exemplificado com a problemática do estupro na sociedade indiana atual. O enaltecimento da cultura indiana e sua nação, ao contrário do que é defendido por Krishna Pokharel e Paul Beckett (2013) que acreditam que a solução para o tratamento dado a mulheres na Índia é a reformulação cultural da Índia, torna-se, do contrário, uma forte maneira de empoderar as mulheres indianas.

A constituição da ‘Índia Britânica’ - termo usado para definir a época entre 1858 e 1947 na qual a Índia fora colônia da Inglaterra-, seguindo o raciocínio da perspectiva Pós-colonial, foi uma das maneiras que o colonialismo adentrou na sociedade Indiana, porém não a única. A produção de conhecimento sobre a Índia nesta e nas épocas que se seguiram também confirma o entendimento defendido por Boaventura de Sousa Santos (2006) sobre a produção de um conhecimento de verdades absolutas que definiam o país caricatamente. Podemos citar, como exemplo, o aumento considerado de publicações jornalísticas ocidentais em retratar o recente caso de estupro coletivo como uma falha da Índia em proteger suas mulheres como é o caso da obra jornalística “*Crimes against women: Three tragedies and the call for reform in India*”, dos jornalistas Krishna Pokharel e Paul Beckett (2013). A força do colonialismo perpassa, pois, as questões políticas e econômicas ao definir a cultura indiana como selvagem ou simplesmente ao invisibiliza-la diante de suas peculiaridades. Os indianos, nesse sentido, enquanto comunidade são apagados ou, como Aimé Cesarie (2006) proferiu, são relegados a uma característica de não-ser ou não existir.

Enquanto nação invisibilizada, as verdades construídas pelos discurso ocidentais fortalecem o pensamento de que a cultura indiana é culpada, majoritariamente, pelas problemáticas que as a apetezem (SAID, 2007). Esta caracterização recai com ainda mais força nos seres femininos. Com base nos levantamentos de Mohanty (1984) sobre a intersecção das opressões nas mulheres indianas que chama atenção para o fato de que “além da irmandade [feminista] ainda existe racismo, colonialismo e imperialismo!” (MOHANTY, 1984, p. 348), entende-se que a mulher indiana, além de carregar o peso das hierarquias de gênero dentro da sociedade indiana originária e moderna, diferentemente das mulheres ocidentais, não desprende-se de sua nacionalidade. A sua

definição como indiana, ainda que não seja citada pelo produtores de conhecimento, carrega uma caracterização e subjugação alheias as outras mulheres (MOHANTY, 1984). O mesmo raciocínio também pode ser aplicado a outras questões que apeteem esta mulher como a casta ou a situação econômica.

O caso da estudante, nesse sentido, torna-se uma evidência da caracterização e subjugação de mulheres como Jyoti Singh e, da mesma forma, da caracterização de mulheres indianas distintas. Esta evidência dá-se por dois motivos, o primeiro diz respeito a problemática que apeteia a moça em relação ao seu relacionamento com o amigo que a acompanhava no dia do crime. Pokharel e Beckett (2013) afirma que eles eram de castas diferentes, e por esse motivo o relacionamento entre os dois tornava-se complicado. O grande preço do dote e os preconceitos a respeito do casamento entre castas distintas podem ser citados como exemplos das problemáticas geradas pela constituição hierárquica das castas, problematizada por Gandhi (GALTUNG,2003) e repaginadas pelas colocações do Feminismo Pós-colonial indiano ao adicionar os diferentes pesos interseccionais das opressões das castas para as mulheres indianas (BAHRI,2006).

O segundo motivo dá-se pela investigação da repercussão mundial do caso, assim como as reverberações deste na sociedade indiana juntamente com o levante de mulheres que foram as ruas para protestar. Tendo em vista a interseccionalidade proposta pelo Feminismo Pós-colonial, um resgate e entendimento do Feminismo Dalit pode exemplificar o apagamento interno de mulheres também dentro da realidade indiana. Como discorre Sowjanya Tamalapakula (2014), as mulheres da casta Dalit – ou impuras – sofrem das problemáticas que apeteem as mulheres indianas de forma ainda mais forte do que as mulheres de outras castas, uma vez que elas carregam em si a categorização de mulher, colonizada, oriental, dalit e pobre.

A violência sexual, como estupro e abuso sexual no espaço público é um fato na vida das mulheres Dalit, [...] mulheres Dalit são vitimas do sistema de castas que enfrentam tanto de em relação a opressão e violência entre seus semelhantes como com relação as classes mais altas. A violência de castas contra a mulher Dalit é principalmente sexual em sua natureza. Ela é vítima de um patriarcado de casta que a torna subserviente aos homens de castas superiores, o que leva a sua exploração sexual pelas mãos desses homens. Mulheres Dalit também experimentam o controle patriarcal sobre a sua sexualidade e trabalho dentro de suas famílias. (TAMALAPAKULA, 2014, p. 06)

Pode-se inferir, dessa maneira, que o grande choque e propagação do caso de estupro da estudante deu-se não só pelo teor de crueldade do ato, mas também pela

invisibilização de mulheres de castas ainda mais baixas na hierarquia indiana, como é o caso da mulheres Dalit. Ainda que a violência sexual para com estas mulheres seja ainda mais violenta ou corriqueira do que a violência para com mulheres das castas mais altas, a posição da estudante no substrato hierárquico do sistema de castas trabalhou a seu favor para a divulgação internacional do fato. As reivindicações do Feminismo Dalit percorrem essas problematizações, preocupando-se também com a construção da mulher Dalit como sujeito do Feminismo indiano (TAMALAPAKULA, 2014).

A lente usada pelas feministas pós-coloniais, nesse sentido, preza por um entendimento de que existem peculiaridades nas formas de afirmação do sujeito feminino das sociedades colonizadas. A mulher indiana, diante de todas as suas peculiaridades, não compartilha, então, do entendimento do Feminismo ocidental de anti-nacionalismo. A luta anti-nacionalista, abraçada pelas vertentes clássicas de autoras como Virginia Woolf (1992) ou Simone de Beauvoir (1949), logo, não condiz com a vivência da mulher colonizada tendo em vista que para esta é por meio da reafirmação de suas peculiaridades –como é o caso das castas¹⁷, que seu instinto opera. Como é o caso dos levantamentos feministas de Chandra Mohanty (1984), Depika Bahri (2006), e/ou do Feminismo Dalit de Sowjanya Tamalapakula (2014).

O Feminismo Pós-colonial destas autoras, logo, observa a construção da imagem de mulheres como Jyoti Singh, e tudo que o seu caso fomentou, por meio de lentes que exaltam a necessidade do enaltecimento de sua cultura, e da mulher enquanto ser nacional, de um país que fora constantemente descrito como inferior pelos discursos ocidentais. Toda a repercussão do caso de Jyoti Singh, logo, não necessita negar as tradições indianas ou os ensinamentos das populações originárias ao buscar por uma melhoria na situação da mulher. Não negar a sua nacionalidade é uma destas.

O Feminismo ocidental, também, ao dialogar sobre os entendimentos de mulher em sociedades colonizadas, constrói a identidade feminina como vítima que acaba por fortalecer hierarquias de gênero, e estas são sentidas de uma maneira ampliada na sociedade indiana. A imagem da mulher como vítima, e nunca como protagonista de seus atos, já fora criticada pelas feministas Pós-estruturalistas, preocupadas com a forma que as dicotomias, em especial as linguísticas (forte/fraco, racional/irracional), servem para enaltecer o masculino em detrimento do feminino (TINCKER e SJOBERG, 2013).

¹⁷ Entendida aqui como parte da nacionalidade Indiana.

Seguindo o raciocínio destas, a continua construção de uma imagem da mulher como vítima não opera de maneira satisfatória quando esta mulher precisa reafirmar o seu papel de solucionadora de suas próprias problemáticas.

Na Índia moderna a construção da imagem feminina de vítima, ligada a concepção da fragilidade feminina inerente e diante das opressões que apetezem o ser feminino durante sua vida, trabalha contra a população feminina. Atualmente a Índia tem 35,25 milhões de mulheres a menos do que homens, de acordo com o Censo de 2011 (HUNDAL, 2013). No censo anterior, em quantidades comparativas, a Índia estava atrás somente da China, com 40,61 bilhões de mulheres desaparecidas, no ranking do chamado fosso entre os gêneros (*Gender Gap*) asiático (HUDSON et al, 2005). O número das chamadas ‘mulheres desaparecidas’ da Ásia apresentado na tabela a seguir aponta a discrepância entre a quantidade de mulheres e homens em vários países asiáticos como China, Afeganistão, Coreia do Norte e Paquistão, onde a Índia ocupa a segunda maior posição no ranking com 39,28 milhões de mulheres desaparecidas (HUDSON et al, 2005). De acordo com Hundal (2013), somente com o nascimento de 60 a 70 milhões de meninas o número de mulheres iria igualar-se aos homens.

TABELA 1 – Número de mulheres desaparecidas em alguns países asiáticos.

Table 1: Number of Missing Women for Selected Asian Countries Using Census Data							
Country	Year	Actual Number of Males	Actual Number of Females	Actual Sex Ratio	Expected Sex Ratio	Expected Number of Women	Missing Women
Afghanistan	2000	11,227,000	10,538,000	106.5	96.4	11,646,266	1,108,266
Bangladesh	2001	65,841,419	63,405,814	103.8	99.6	66,105,842	2,700,028
China	2000	653,550,000	612,280,000	106.7	100.1	652,897,103	40,617,103
India	2001	531,277,078	495,738,169	107.2	99.3	535,022,234	39,284,065
Pakistan	1998	68,873,686	63,445,593	108.6	99.2	69,429,119	5,983,526
South Korea	2000	23,068,181	22,917,108	100.7	100.0	23,068,181	151,073
Taiwan	2000	11,386,084	10,914,845	104.3	100.2	11,363,357	448,512
Total							90,292,573

II Fonte: Fonte: HUDSON et al, 2005, p. 22.

Valerie M. Hudson et al (2005) defendem a tese de que, em consonância com outros atores, o fosso entre os gêneros asiático é o resultado de uma preferência pelo filho masculino e uma profunda desvalorização da vida feminina. As autoras acreditam que aspectos culturais da Índia são, em grande parte, responsáveis por essa situação. Práticas

como o pagamento do dote, a exclusão das mulheres divorciadas, heranças que não podem ser entregues a mulheres, aborto de meninas, entre outros, são os principais responsáveis.

Alguns autores, como Vibhuti Patel (2011) demonstram que o fosso entre os gêneros indiano, em especial, fora agravado com advento de novas tecnologias ao país asiático. A tecnologia de ultrassom para identificação do sexo, juntamente com a legalização do aborto, aumentou os índices de interrupção da gravidez de fetos femininos na Índia. Este fato, de acordo com a autora, agravou a discrepância de homens para mulheres no país. Foi por meio de uma pesquisa do All India Institute of Medical Sciences (AIIMS), que pretendia testar com um grupo de mulheres grávidas a eficácia de algumas tecnologias para detectar condições genéticas e malformações fetais, que os pesquisadores indianos perceberam que o maior interesse dos voluntários era saber o sexo do feto. Uma vez que eles descobriam que o feto era feminino, demandavam um aborto. Esta pesquisa chamou atenção do Center for Women's Development Studies (CWDS), que pressionou o ministro da Saúde indiano a banir o uso de testes de ultrassom no país (PATEL, 2011). Mesmo com a proibição, a preferência pelos meninos ainda apetece as famílias indianas,

Ainda que a 'discriminação pre-natal' tenha sido proibida em 1996, a lei não é aplicável e ainda não é familiar a todas as famílias indianas. Assim, a preferência pelo bebê masculino persiste, muitas vezes fora de meros interesses práticos, financeiros, porque os pais podem não ser capazes de pagar o dote de casamento para (outra) filha. (SAARTHAK, 2016)¹⁸

Não foram só os abortos de fetos femininos que agravaram o problema indiano, o assassinato de meninas ao nascer e o descuido com a saúde e educação das filhas também podem ser citados como grande agravador da situação feminina no país (PATEL, 2005). A preferência por meninos também pode ser evidenciadas com o fosso entre os gêneros do analfabetismo, como demonstra V.S. Madana (2014): “[...] o censo de 2011 mostra que 82% dos meninos e somente 65% das meninas são alfabetizados. A diferença de 17% indica que muitos Indianos ainda acreditam que a educação dos filhos é preferência em relação a das filhas.”¹⁹ (MADANA, 2014, p.01)

Valerie M. Hudson et al (2005) compartilha da ideia de que existe uma ligação entre essa disparidade de gênero e os conflitos que apetece a Índia. Com base em estudos estatísticos a autora demonstra que estados como menor nível de quantidade de

¹⁸ Tradução nossa.

¹⁹ Tradução nossa.

mulheres, como é o caso de Uttar Pradesh, tem taxas de crimes violentos muito mais altas do que aqueles que possuem níveis equitativos de mulheres e homens, como Kerala.

A implantação da ideia da mulher indiana associada a uma imagem de vítima, nesse sentido, trabalha não a favor da mulher, mas contra o ser feminino. Ainda que esta classificação tenha sido desvinculada das produções acadêmicas feministas desde a chamada terceira onda, e o fortalecimento do movimento feminista pós-positivista, as produções direcionadas as mulheres não ocidentais ainda continuam a ser classificadas desta maneira. Chandra Talpade Mohanty (1984) discute sobre a padronização imposta as mulheres indianas nesse sentido, uma vez que esse tipo de classificação ganha ainda mais força com a divulgação dos crimes cometidos contra mulheres no país.

Este padrão de mulher do terceiro mundo cria uma vida essencialmente ligada ao seu ser feminino e o seu ser do 'terceiro mundo' (leia-se: ignorante, pobre, sem instrução, presa a tradição, doméstica, voltada para a família, vítima, etc.). Isso, eu sugiro, vem em contraste com a (implícita) auto representação das mulheres ocidentais como educadas, modernas, com controle de seus próprios corpos e sexualidades, e a com liberdade de tomar suas próprias decisões.²⁰ (MOHANTY, 1984, p. 336)

A situação feminina no país atrelada a imagem de vítima que é comumente associada a mulher do terceiro mundo pelas produções acadêmicas em geral, trabalha contra o sujeito mulher. A emancipação desta é dificultada com a fortificação da ideia de que a mulher sempre será vítima e nunca protagonista de sua própria história. A construção desse discurso peca ao não proporcionar a essa mulher uma imagem de ser distante de uma classificação maniqueísta de gênero, tão criticada pelas primeiras correntes feministas. Sendo a mulher vítima, ela nunca poderá não o ser. O protagonismo da mulher, logo, é apagado e grupos de resistência femininos que lutam pela solução de problemáticas que dizem respeito ao gênero na Índia, como exemplo as Red Brigades e Gulabi Gang²¹, são invisibilizados pois não adentram na classificação de mulher indiana proposta pelo Feminismo clássico.

Os grupos de resistência supracitados fazem parte de uma gama diversa de movimentos femininos indianos que aos poucos ganham força na luta contra as questões que apetezem as mulheres na Índia. Formado logo após os protestos a favor de uma melhoria no trato das mulheres na Índia, no estado de Uttar Pradesh, a Red Brigades Indiana é formada por jovens adolescentes que ensinam umas às outras técnicas de

²⁰ Tradução nossa.

²¹ A Gulabi Gand é um movimento de mulheres formado em 2006 por Sampat Pal Devi no distrito de Banda em Uttar Pradesh, Índia. Ver mais em: < <http://www.gulabigangofficial.in/> > Acesso em: 22/04/16

autodefesa contra possíveis assédios sexuais (ARMSTRONG, 2013). Além disto, as jovens tomam a frente em protestos e divulgação de panfletos sobre a situação feminina do país e de sua região.²²

Também no estado de Uttar Pradesh, outro grupo de resistência fora formado majoritariamente por mulheres. Conhecidas pelas cores de seus saris, veste típica indiana, que são todos rosa, as mulheres que formam o Gulabi Gang tem a missão de proteger os mais fracos de abusos, combater a corrupção e desencorajar as tradições como o casamento de meninas (GANG, 2016). Atualmente com mais de 100 membros espalhadas por distritos do estado, segundo site oficial, o grupo tornou-se conhecido pela sua ação a favor das mulheres violentadas por seus maridos.

Os movimentos, logo, ilustram a necessidade e a possibilidade de uma transformação alheia as regras predeterminadas pelos discursos colonizadores e dos Feminismos ocidentais universalistas. A imagem da mulher indiana como agente da resolução de conflitos quebra o ideário de mulher vítima enaltecido pelos discursos europeus as mulheres ocidentais (MOHANTY, 1984) de uma sociedade ocidental relegada a selvageria (SAID, 2007). Ademais, o enaltecimento destes grupos femininos facilita o estudo mais detalhado das ações e organização política do grupo, que perpassam os contatos tidos como agressivos. Estas características do Gulabi Gang poder ser observada por produções cinematográficas Bollywoodianas baseadas no grupo em questão, como o filme ‘Gulabi Gang’ (2014).

O assassinato de meninas e o aborto de fetos femininos pode ser justificado com, além de aspectos culturais violentos, a fortificação do discurso de vítima. Ainda que a situação feminina na Índia permaneça inóspita, o ideário de que o sofrimento é inerente a condição feminina pode ser, em parte, justificado como motivador do fortalecimento do fosso entre os gêneros e de situações que foram agravadas por conta deste. A homogeneização da opressão feminina, logo, mais uma vez, não é compartilhada pelas mulheres indianas (MOHANTY, 1984).

O caso de Jyoti Singh e sua repercussão demonstram a fortificação desse tipo de discurso. O documentário ‘Filhas da Índia’ de Leslee Udwin (2015) traz por meio de entrevistas e relatos sobre a situação feminina um quadro geral sobre o caso do estupro coletivo. O documentário, que teve sua exibição proibida na Índia, ainda que levando em

²² Ver mais em: ‘Fighting Rape In India: Power Girls’ <<https://youtu.be/OvembMwNwC8>>

consideração a localização cultural da vítima persiste em fortificar o ideário da situação feminina na Índia como homogênea, e quando não, vista de forma etnocêntrica (vertical) em relação as mulheres ocidentais. A fortificação dessa imagem, mesmo que de caráter denunciador, não soluciona as problemáticas por não especificá-las.

As denúncias de estupro, logo após a morte da estudante, cresceram e fomentaram as discussões das motivações para o acontecimento de crimes como este. (RECORD, 2013). Ademais de levar uma boa parte da população Indiana as ruas e chamar a atenção da comunidade internacional para o fato, o caso de estupro coletivo reacendeu, mais uma vez, a necessidade de um entendimento alternativo sobre a temática das mulheres indianas como mulheres colonizadas. Os aspectos culturais da região, como o sistema de castas ou dotes, não perdem, entretanto, o seu status de fonte de análise. As pesquisas preocupam-se, toda via, com seu poder colonizador e com a possibilidade de visibilizar estas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, portanto, que a reivindicação da solução das problemáticas que afligem os gêneros na Índia devem prestar atenção para não serem universalistas, etnocêntricas e colonizadoras como o Feminismo Clássico. O caso de estupro de Jyoti Singh reitera a necessidade de que as vozes destas mulheres sejam ouvidas e suas vivências enaltecidas de uma maneira a não criar novas verdades absolutas, mas sim que se crie possibilidades de diálogo sadio entre as diversas vivências feministas, tanto ocidentais como orientais.

Uma pesquisa preocupada com uma solução não universalista e não colonizadora, em especial aos casos de estupro coletivo cada vez mais recorrentes, devem estar atentos a um resgate das ancestralidades ou das premissas das sociedades pré-coloniais – proposta pelas abordagens pós-coloniais – de maneira crítica. Deve-se entender que os problemas relacionados ao gênero também eram realidade nessas sociedades ancestrais, e que foram agravados com os processos de colonização. Esse resgate ancestral, toda via, deve estar atento a impossibilidade do apagamento do passado opressor e a importância da permanência de críticas cíclicas.

A história de Jyoti Singh demonstra, logo, que as problemáticas Indianas não necessitam, necessariamente, ser solucionadas por meio da extinção de valores e sistemas como as castas ou mesmo de uma imposição de métodos pré-determinados para a

emancipação feminina. Um sistema de castas desvinculado do ideário colonizador que o classifica como naturalmente hierárquico, por exemplo, pode ser substituído por um sistema de castas não-hierárquico, preocupado com as problemáticas que a caracterização importada pode trazer. Da mesma maneira, entender que discursos e ações de empoderamento do Feminismo ocidental não cabem as problemáticas indianas por não considerarem as peculiaridades deste país é parte fundamental para o entendimento da importância de que o resgate cultural deve preocupar-se com a emancipação feminina, como foi o caso da luta anti-colonial gandhiana.

Logo, uma luta anti-colonial ao moldes de Gandhi, agora travada nos campos das produções acadêmicas, pode servir a Índia e sua busca por uma sociedade pós-colonial. Com as adaptações necessárias, uma descolonização de pensamento dar-se-ia, portanto, por meio de um resgate a luta colonial indiana. Esse processo, entretanto, deve preocupar-se com a problematização da própria imagem gandhiana, para assim formular soluções mais cabíveis a Índia moderna. Um trabalho das Indianas, pelas indianas.

REFERÊNCIAS

ACKERLY, Brooke. TRUE, Jacqui. **Reflexivity in Practice: Power and Ethics in Feminist Research on International Relations**. *International Studies Review*, Vol. 10, No. 4, pág. 693-707, 2008.

ARMSTRONG, Paul. **Meet India's Red Brigade: The teens fighting back against rape**. CNN, 2013. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/08/13/world/asia/india-red-brigade/>>. Acesso em: 10 de Mai. 2016

ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G., TIFFIN, H. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**, Londres, Routledge, 2012.

BAHRI, Deepika. **Feminims and/in Postcolonialism**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 659- 688, 2013.

BALDI, César Augusto. **De intocáveis, castas e darma: reconfigurando os direitos humanos em perspectiva hinduísta**. *Revista de Estudos Criminais*, v. 21, p. 147-158, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O conceito de alienação no jovem Marx**. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n.1, pág. 223-245, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo - Fatos e Mitos**. Difusão Europeia do Livro Tradução de Sérgio Milliet. Ed. 4. São Paulo, 1970.

BHALLA, Nita. **Índia é pior do G20 para mulheres: 'é um milagre que sobrevivam'**. *Notícias Terra*, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/mcz0MS>>. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

BONNICI, T. **Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais**. Mimesis, v. 19, n. 1, p. 07-23, Bauru, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés, São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://goo.gl/RXL3cP> >. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2006

CHILDS, Peter. WILLIAMS, Patrick. **An Introduction to Post-Colonial Theory**. Prentice Hall, Londres, 1997.

COSTA, Andriolli. GALLAS, Luciano. **A reconstrução das ruínas após o Apocalipse. Entrevista a Oscar Guardiola-Riveira**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Ed. 431, Ano XII, São Leopoldo, p. 33-35, 2013.

DALFLON, Verônica Toste. **Políticas de Reserva: o Modelo Indiano de Ação Afirmativa e suas contribuições para o Debates Brasileiro**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

DARBY, Phillip. GOONEWARDENE, Devika. NG, Edgar. OBENDORF, Simon. **A Postcolonial Internacional Relations?** Institute of Postcolonial Studies Melbourne. Occasional Paper, n. 3, Melbourne, 2003.

ELIBIO, Antônio Manoel. SOCCIO, C. **Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais**. Cadernos do tempo presente, v. 14, p. 05-11, 2013.

FIGHTING Rape in India: Power Girls. Direção Jayisha Patel, 9' 35". Disponível em: < <https://youtu.be/OvembMwNwC8> >. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

GALLAS, Luciano. **Decolonialidade como o caminho para a cooperação. Entrevista a Walter Mignolo**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Ed. 431, Ano XII, São Leopoldo, p. 21-25, 2013.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**. Journal of Peace Research, Vol. 27, No. 3 1990, p. 291-305

_____. **O caminho é a meta: Gandhi hoje**. São Paulo: Palas Athena, 2003.

GANG, Gulabi. **What we do**. Site oficial Gulabi Gang, Uttar Pradesh, 2016. Disponível em: < www.gulabigangofficial.in/what-we-do/ >. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2008. Disponível em: < <http://rccs.revues.org/697> >. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

GULABI Gang. Direção: Soumik Sen. Bollywood masala, 134 minutos, 2014

HABILA, Helon in GOMBATA, Marsílea. **'O colonialismo ainda está conosco', diz Helon Habila**. Carta Capital, Cachoeira, 2015. Disponível em: < <http://goo.gl/1EwIsv> >. Acesso em: 09 de Mai. 2016.

HALLIDAY, Fred. **Ausente das Relações Internacionais: As mulheres e a arena internacional** in Repensando as Relações Internacionais. Editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Empire**. Harvard University Press. Cambridge e Londres, 2000.

HUDSON, Valerie M. BOER, Andrea M. Den. **Missing Women and Bare Branches: Gender Balance and Conflict**. ECSP Report, v. 11, pag. 20-24, 2005.

HULL, Gloria T., SCOTT, Patricia Bell e SMITH, Barbara (orgs.). **All the Women are White, all the Blacks are Men, but some of us are Brave: Black Women's Studies**. Old Westbury, The Feminist Press, Nova Iorque, 1982.

HUNDAL, Sunny. **India Dishonoured: Behind a nation's war on woman**. New Deli. 2013.

HUNDAL, Sunny. **India's 60 million women that never were**. Aljazeera, 2013. Disponível em: < <http://goo.gl/WXHY7J> >. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

INDIA'S Daughter. Direção: Leslee Udwin. Reino Unido, 63 minutos, 2015.

JÚNIOR, Jayme Benvenuto Lima. **O difícil caminho da transculturalidade**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Nº 431 - Ano XIII, São Leopoldo, 2013.

MADANA, V.S. **Violence against women in India: Some issues**. International Journal of Scientific Research. V. 3, n. 9. pág. 505-506, 2014.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Luciano Cavini Martonado, São Paulo, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Só descolonização da subjetividade trará mudança à América Latina**. Geledés, São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://goo.gl/ZZD3SO> >. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

MOHANTY, Chandra T. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. In: MOHANTY, Chandra T.; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (Ed.). *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, p. 333-338, 1991.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice. KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política**. Psicologia em Estudo, v. 11, n. 3, Maringá, pág. 647-654, 2006.

NOBREGA, Mariana. **Entenda os diferentes Feminismos**. Pandora Livre, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://pandoralivre.com.br/2015/08/26/entenda-os-diferentes-feminismos/>>

ONUF, Nicholas. **Worlds of Our Making: The Strange Career of Constructivism in International Relations** in Puchala, Donald (ed.) *Visions of International Relations*. Columbia, University of South Carolina Press, 2002.

PATEL, Vibhuti. **A long Battle for the Girl Child**. Economic & Political Weekly, Vol 46 n. 21, Mumbai, 2011.

_____. **Sex Selections & Pre Birth Elimination of Girls Child**. Apresentado em UN Convention to Review Status of Women at UN, Nova Iorque, 2005.

PEASE, Bob. **Undoing Privilege: Unearned advantage in a divided world**. Zeb Books Ltd, London, 2010.

PELÚCIO, Larissa. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismo, feminismos e estudos queer**. Contemporânea, v. 2, n.2, pág. 395-418, 2012.

POKHAREL, Krishna. BECKETT, Paul. **Crimes Against women: Three tragedies and the call for reform in India**. The Wall Street Journal. Ed. 01, E-book Kindler, 2013.

RECORD, News. **Violence against women in India: culture, institutions and inequality**. 2013. Disponível em: <<https://www.newsrecord.co/violence-against-women-in-india-culture-institutions-and-inequality/>>. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

SAARTHAK, Iniciatives of Relevance. **Women's situation in India**. 2016. Disponível em: <www.saarthakindia.org/womens_situation_India.html>. Acesso em: 10 de Mai. 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SANTOS, Boaventura de. **As dores do pós-colonialismo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/dores-pos-colonialismo/>>

_____. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Trilce Extensión Universitaria, Montevideo, 2010.

SMITH, Steven. **The discipline of international relations: still an American social science?** British Journal of Politics and International Relations, Vol. 2, No. 3, pp. 374–402, Oxford, 2000.

SOWJANYA, Tamalapakula. **Understanding Dalit Feminism**. Andhra Pradesh, 2014. Disponível em:<https://www.academia.edu/10225419/Understanding_Dalit_Feminism>

SPIVAK, Gayatri Chakeworly. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

TICKER, J. Ann. SJOBERG, Laura. **Feminism** in BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. The globalization of world politics: An introduction to international relations. Oxford University Press, pág. 195-210, 2013.

WOOLF, Virgínia, **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1928.